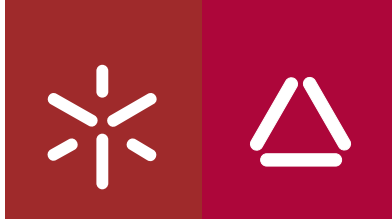


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Luís António de Aguiar Dias

**Pelas casas dos “Brasileiros”, um roteiro
com história**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Luís António de Aguiar Dias

**Pelas casas dos “Brasileiros”, um roteiro
com história**

Trabalho de Projeto
Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro

DECLARAÇÃO

Nome: Luís António de Aguiar Dias

Endereço eletrónico: Laguardias@gmail.com

Telefone: 966526721

Número do Cartão do Cidadão: 08112638

Título do Trabalho de Projeto: Pelas casas dos “Brasileiros”, um roteiro com história

Orientador: Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Património e Turismo Cultural

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTE TRABALHO DE PROJETO

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Para a elaboração deste trabalho foi imprescindível o apoio e o envolvimento de algumas pessoas nas diferentes tarefas e fases de investigação. Como tal deixo aqui o meu reconhecimento e gratidão a todas elas.

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro (Decente da Universidade do Minho), pela preciosa colaboração, apoio, incentivo e por ter acreditado neste projeto.

A todos os que me ajudaram, de um modo ou de outro, sempre que necessário.

Por último, mas não menos importante, um agradecimento à minha família, pelo apoio e constante encorajamento, e à Paula em especial, pela compreensão e suporte incondicional, nos melhores e piores momentos, na elaboração e conclusão deste trabalho.

A todos um enorme obrigado.

RESUMO

Um dos problemas principais da cultura contemporânea prende-se com o destino a dar ao património arquitetónico, ou seja, com a necessidade e a pretensão de manter para o futuro o maior número possível de reminiscências, representações e vestígios do passado. Sendo a casa um dos elementos mais emblemáticos deste legado, a sua preservação e proteção deverá ser uma realidade e um desígnio sempre que apresente valor patrimonial. Ela é um testemunho verdadeiro da vida humana, um documento de excecional relevância para o estudo dos hábitos e da vida social.

A circunstância de ter vindo viver para Fafe, cidade marcada do ponto de vista arquitetónico pelas belas casas dos “Brasileiros” de Torna-viagem, contribuiu decisivamente para que esta valiosa herança fosse o mote do nosso estudo. Nele procuramos identificar, analisar e valorizar estas habitações do centro urbano de Fafe, demonstrando as suas potencialidades turísticas para a constituição de uma Rota. Além de abordarmos a importância deste tipo de produto turístico na promoção e no desenvolvimento local, tivemos também a preocupação de incluir na nossa rota a possível entidade promotora e propor elementos para a sua dinamização. Não contemplámos a implementação e verificação da mesma, por não serem esses os propósitos deste estudo. No entanto, ficou reconhecida e patenteada a riqueza patrimonial destas casas, legado merecedor de um Rota denominada *Pelas casas dos “Brasileiros”, um roteiro com história*, projeto que pode constituir-se como um instrumento poderoso na geração de notoriedade de destinos e alavancar outros produtos turísticos do concelho de Fafe.

ABSTRACT

One of the main problems of contemporary culture is the future of architectural heritage, that is, the need and intention to preserve as many reminiscences, representations and vestiges of the past as possible. The house is one of the most iconic elements of this legacy, and its preservation and protection should be a reality and a goal whenever it has significant heritage. It is a true testimony of human life, a document of exceptional relevance for the study of habits and social life.

The fact that I have moved to Fafe, a city which from an architectural point of view is marked by the beautiful houses of the “Brasileiros de Torna-viagem” (Brazilian who came back to Fafe), contributed decisively to the choice of this valuable legacy as theme of our study. Throughout it, we intend to identify, analyze and appreciate these houses from the urban center of Fafe, showing its tourist potential for the creation of a Route. In addition to addressing the importance of this type of tourism product for the promotion and local development, it was also our concern to include in the route the entity which would possibly be responsible for promoting it and to suggest elements for its development. Its implementation and verification were not considered because these are not the purpose of this study. However, the value of these houses as heritage was recognized and proved, a legacy worthy of a Route called *Pelas casas dos “Brasileiros”, um roteiro com história (Through the “Brazilian’s houses, a route with history)*, a project that may become a powerful tool to promote destinations and enhance other tourism products of the municipality of Fafe.

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|----|
| I – INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1. Apresentação do tema..... | 1 |
| 1.2. Objetivos..... | 3 |
| 1.3. Metodologia..... | 4 |
| II – O PATRIMÓNIO E A ROTA. DOIS CAMINHOS, UM DESTINO | 5 |
| 2.1. Génese e evolução do conceito de Património..... | 5 |
| 2.2. Trajetória Histórica da Legislação Portuguesa sobre o Património Cultural..... | 8 |
| 2.3. A importância das Rotas na promoção e no desenvolvimento local..... | 11 |
| III – FAFE: TERRA DE ENCANTOS E TESOUROS | 13 |
| 3.1. Caracterização do Município..... | 13 |
| 3.1.1. Caracterização Física..... | 13 |
| 3.1.2. Caracterização Humana..... | 15 |
| 3.1.3. Um passeio pela história: da génese ao tempo dos “Brasileiros”..... | 19 |
| - A génese..... | 19 |
| - O concelho de Monte Longo: construção medieval..... | 20 |
| - O concelho de Fafe: um município em mudança..... | 22 |
| 3.2. Fatores de atratividade..... | 26 |
| 3.2.1. Património arquitetónico: civil e religioso..... | 26 |
| 3.2.2. Património gastronómico..... | 28 |
| 3.2.3. Património etnológico: festas e artesanato..... | 29 |
| 3.2.4. Património museológico..... | 31 |
| IV – CASAS DOS “BRASILEIROS”, E AS SUAS POTENCIALIDADES | 33 |
| 4.1. A casa do “Brasileiro”: breve caracterização..... | 33 |
| 4.1.1. Tipologias edificadas..... | 33 |
| 4.1.2. Revestimento das fachadas..... | 39 |
| 4.1.3. Principais características arquitetónicas..... | 41 |
| 4.2. Verificação e caracterização do objeto de estudo..... | 42 |
| 4.3. Rota das Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe..... | 44 |
| 4.3.1. Avaliação..... | 45 |
| 4.3.2. Explicação e descrição do itinerário..... | 47 |
| 4.3.2.1. O itinerário: <i>Pelas casas dos “Brasileiros” de Fafe, um roteiro com história</i> | 48 |

| | |
|--|----|
| V- GESTÃO, DINAMIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA ROTA..... | 52 |
| VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 55 |
| VII – ANEXOS (Fichas de Inventário)..... | 62 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.^o - Artigo

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CIIC – Comité Científico Internacional dos Itinerários

CMF – Câmara Municipal de Fafe

Dr. – Doutor

DR – Diário da República

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

Fig. – Figura

GPS – Global Positioning System

IGE – Instituto Geográfico de Portugal

IGEOE – Instituto Geográfico do Exército

INE – Instituto Nacional de Estatística

N^o - Número

NUT – Nomenclatura de Unidades Territoriais

PDM – Plano Diretor Municipal

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

Séc. - Século

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

SWOT – Strengths, Weakness, Opportunities e Threats

UM – Universidade do Minho

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Carta Militar nº 85 (excerto) de Fafe e freguesias vizinhas (IGEO, escala: 1/25 000)... | 14 |
| Figura 2 – Atual concelho de Fafe (CAOP 2014 – Carta Administrativa, do IGE)..... | 16 |
| Figura 3 – Densidade populacional das freguesias do concelho de Fafe (Censos 2011 em Conjugação com a Carta Administrativa Oficial de Portugal, de 2014)..... | 17 |
| Figura 4 – Principais vias de comunicação do concelho de Fafe..... | 18 |
| Figura 5 – Castro de Santo Ovídio (Foto do Autor)..... | 20 |
| Figura 6 – Postal Ilustrado do início do séc. XX..... | 23 |
| Figura 7 – Largo D. Carlos no início do séc. XX (atual Praça 25 de abril)..... | 24 |
| Figura 8 – Hospital de Fafe no início do séc. XX (aberto parcialmente à comunidade em 1863)... | 25 |
| Figura 9 – Fachada do Teatro-Cinema (Foto do Autor)..... | 27 |
| Figura 10 – Igreja Românica de Arões (Foto do Autor)..... | 27 |
| Figura 11 – Palácio do Santo Novo/Casa da Cultura (Foto do Autor)..... | 36 |
| Figura 12 – Palácio de Álvaro Monteiro Vieira de Castro (Foto do Autor)..... | 36 |
| Figura 13 – Palacete de João Alves de Freitas..... | 36 |
| Figura 14 – Palacete de Manuel Alves Rodrigues (Foto do Autor)..... | 36 |
| Figura 15 – Casa Apalaçada Vertical de José Alves de Freitas (Foto do Autor)..... | 37 |
| Figura 16 – Casa Apalaçada Vertical de António J. N. Coutinho/Clube Fafense (Foto do Autor)... | 37 |
| Figura 17 – Claraboia da Casa Apalaçada Vertical de José Alves de Freitas (Foto do Autor)..... | 37 |
| Figura 18 – Casa Apalaçada Horizontal do Comendador Albino de Oliveira Guimarães (Foto do Autor)..... | 38 |
| Figura 19 – Casa Apalaçada Horizontal de Joaquim Mendes da C. Franco (Foto do Autor)..... | 38 |
| Figura 20 – Beiral de faiança pintada da Casa de Apalaçada Horizontal de Joaquim Mendes da Costa Franco (Foto do Autor)..... | 38 |
| Figura 21 – Casa (Outras) de Constança Lobo (Foto do Autor)..... | 39 |
| Figura 22 – Azulejos da Casa Apalaçada Vertical de António Joaquim Novais Coutinho (Foto do Autor)..... | 40 |
| Figura 23 – Localização das 16 Casas dos “Brasileiros” co centro urbano de Fafe (Mapa Extraído do Google earth)..... | 42 |
| Figura 24 – Igreja Nova/Igreja de São José (Foto do Autor)..... | 49 |
| Figura 25 – Monumento aos Mortos da Grande Guerra de Fafe (Foto do Autor)..... | 50 |
| Figura 26 – CMF (Foto do Autor)..... | 50 |

Figura 27 – Itinerário “Pelas Casas dos «Brasileiros» de Fafe, um roteiro com história (mapa
Extraído do Google earth)..... 51

I – INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do tema

Conhecer e respeitar o património demonstra que os sujeitos estão consciencializados para a proteção desta herança que deve ser transmitida ao futuro. Atitude que encontra sentido na sua preservação quando repercute melhorias para a população local. Este saber é indispensável para alargar horizontes, entender, conhecer e considerar outros legados, potenciando, também, a criação e o desenvolvimento da atividade turística de âmbito cultural. Portanto, pode afirmar-se que quanto mais a comunidade beneficiar com o turismo, mais os residentes estarão motivados para a defesa e proteção do seu património. Este legado histórico-cultural é um enorme instrumento à disposição do turismo e do seu desenvolvimento, pois ele tem o condão de revelar identidades e comunidades passadas como recetáculos da história, proporcionando sensações a cada visitante que procura conhecer um pouco mais da história local.

Neste sentido, o magnífico património arquitetónico da cidade de Fafe centrado em torno da casa do “Brasileiro” estimulou-nos o interesse na sua divulgação através de um itinerário turístico-cultural. Este património testemunha o intenso fluxo migratório no Minho em direção ao Brasil entre o último quartel do séc. XIX e primeiro do séc. XX e o retorno de sucesso. Segundo Miguel Monteiro (MONTEIRO, 2004:19), recuando localmente à segunda metade do séc. XIX, encontramos *“nos «brasileiros» de Fafe aqueles que, conseguindo fortuna no Brasil, construíram residências, compraram quintas, criaram as primeiras indústrias, contribuíram para a construção de obras filantrópicas e participaram na vida pública e municipal, dinamizando a vida económica, social e cultural”*.

Elegemos como espaço geográfico, o centro da cidade de Fafe, zona onde na sua grande maioria foram edificadas as casas dos “Brasileiros” que, na segunda metade do séc. XIX, deram uma nova expressão a este centro urbano, como muito bem descreve o autor já citado *“... A Vila de Fafe demonstra uma acrescida importância, iniciando uma nova configuração urbana, marcada pela disposição de novas edificações. Estas são caracterizadas por uma arquitectura e decoração «gosto brasileiro» e «Arte Nova», onde sobressaem as águas furtadas e os andares assotados...”* (MONTEIRO, 2004:38).

Depois de apurada a área de estudo, foram identificadas e posteriormente selecionadas as casas com relevância para este projeto. Embora estas casas tivessem sido já objeto de estudo por vários autores, pensamos que faltava a sua roteirização como forma de promover, valorizar e

evidenciar este património, mas cujo valor é ignorado pela maioria dos habitantes, apesar de útil para as vivências culturais locais e para o desenvolvimento sustentável da oferta turística no concelho de Fafe.

Este Trabalho de Projeto ao reconhecer a singularidade das casas dos “Brasileiros” de Torna-viagem, referencia sumariamente outros recursos turísticos, fatores autênticos e complementares que têm como propósito expor as raízes de Fafe e oferecer ao turista momentos a recordar, tais como a gastronomia, o artesanato e os espaços museológicos.

1.2. Objetivos

O objetivo central deste Trabalho de Projeto prende-se com a proposta de conceção de um roteiro turístico-cultural sobre as casas dos “Brasileiros” de Fafe, procurando ser mais um contributo com o propósito de complementar a oferta turística desta cidade e, ao mesmo tempo, reconhecer estas habitações como uma das marcas mais importantes destes emigrantes de torna-viagem.

Como a principal meta deste projeto é, justamente, a realização de uma rota turística, será desejável potencializar o estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas vocacionadas para o turismo em geral e para a promoção do património arquitetónico em particular.

Neste sentido, os objetivos específicos compreendem:

- Incrementar o sentimento de pertença e orgulho do património existente em Fafe;
- Reforçar este importante património cultural num polo de desenvolvimento local;
- Diagnosticar o património arquitetónico dos “Brasileiros” de Torna-viagem de Fafe;
- Caracterizar o património arquitetónico dos “Brasileiros” de Torna-viagem de Fafe;
- Promover e proteger e valorizar esta valiosa herança arquitetónica;
- Conceber um roteiro do património arquitetónico dos “Brasileiros” de Torna-viagem de Fafe;
- Estruturar globalmente um roteiro através da definição e caracterização dos percursos componentes e dos modelos mais adequados à sua fruição;
- Aferir de exequibilidade da criação de uma Rotas das casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe;
- Criar um produto turístico-cultural de qualidade, captando mais-valias da proximidade de importantes rotas turísticas.

1.3. Metodologia

Na produção de um projeto de âmbito turístico-cultural é essencial uma análise histórica preparatória sobre as partes que desejamos valorizar. Assim, como metodologia utilizada, realizámos a investigação documental e a investigação de campo. Relativamente à investigação documental, reunimos informações colhidas em investigações anteriores e em informações bibliográficas extraídas de livros, documentos, arquivos, internet e outras. Desta forma, qualificámos o espaço em análise e identificámos as normas de estruturação da rota. Sobre a investigação em campo, foram realizadas visitas *in loco* às várias casas a incluir no roteiro, onde, além de minuciosamente analisadas, foram também fotografadas.

Esta análise e identificação das casas, elemento chave do nosso projeto, possibilitou-nos estabelecer uma relação de proximidade com alguns proprietários, permitindo sensibilizá-los para este desígnio e para a necessidade da recuperação e preservação destes imóveis de grande importância e valor patrimonial; constituindo, assim, um ótimo produto turístico, capaz de promover a cidade de Fafe e a sua região envolvente.

A investigação realizada permitiu-nos ainda a possibilidade de podermos concluir e atualizar alguns dados compilados numa ficha de inventário criada para efeito, obtendo-se desta forma um conhecimento pormenorizado de cada casa em estudo. Também foram efetuadas visitas a outras rotas, para avaliar os elementos interpretativos aí existentes com o intuito de contribuírem para a elaboração deste projeto.

II – O PATRIMÓNIO E A ROTA. DOIS CAMINHOS, UM DESTINO

2.1. Génese e evolução do conceito de Património

O Património é, com efeito, um conceito muito amplo que abarca o ambiente cultural e o ambiente natural. Ao longo do tempo, esta conceção evoluiu e ganhou uma maior abrangência, libertando-se do espartilho que o limitava a meros vestígios do passado com valor artístico ou documental.

De acordo com José Pedro Machado, a origem etimológica da palavra património vem do latim “*«patrimonium» que se encontra associada à ideia de bens de família ou herança paterna*” (MACHADO, 1967:1775). Carla Moreira acrescenta ainda ser sinónimo de “... *bens necessários para ordenar um eclesiástico, dote dos ordinandos, propriedade (...) como modo de reportar a uma herança, um legado que era recebido dos nossos antepassados, e que deveria ser transmitido às gerações futuras*” (MOREIRA, 2006:128).

Até ao primeiro quartel do séc. XIX, o património era visto como “*restos de Antiguidade*” (CHOAY, 1992:12), onde o majestoso e a riqueza eram os fatores relevantes para a sua definição e para a delimitação nas classes altas sedentas de poder (MOREIRA, 2006:130).

Entre o séc. XIX e o séc. XX, ocorre uma importante mudança do conceito de património, passando de legado individual para um legado coletivo, ganhando um valor estético e cultural em detrimento de uma importância afetiva e económica atribuída no passado, transformando-se desta forma na essência da história dos povos ocidentais, cumprindo uma função cultural de relevo (RAMALHETE, 2006:14-15).

No começo do séc. XX, com a crescente preocupação em vincar e definir identidades, e ao mesmo tempo preservar os vestígios do passado, são produzidos vários documentos, normas e leis com o desígnio da proteção e salvaguarda do património. Deste modo, esta nova perceção em relação ao património surgiu com a *Carta de Atenas para o Restauro de Monumentos Históricos* elaborada como conclusão do I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1931¹. Este ato normativo internacional agrupou um conjunto de pressupostos relativos à conservação futura do património edificado, como demonstra o artigo VII ao referir que “... *a Conferência, convencida de que a conservação do património artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiões da civilização; Deseja que os Estados,*

¹ Estabelece um primeiro documento internacional a reunir determinações de unanimidade entre vários países, alusivas ao tema do património e restauro.

agindo de acordo com o espírito do Pacto da Sociedade das Nações, se apresentem a uma colaboração sempre mais vasta e mais concreta, com o objetivo de favorecer a conservação dos monumentos artísticos e históricos ...”².

Depois dos últimos conflitos que causaram graves danos aos bens culturais, colocando-os cada vez mais em risco de destruição devido ao desenvolvimento de tecnologia de guerra, a *Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado* realizada no ano de 1954, sob o patrocínio da UNESCO³, adotou várias disposições para os proteger. Neste sentido, o documento resultante desta convenção, além de definir quais os bens a incluir na categoria de bens culturais, salientando-os enquanto elementos isolados, teve também em conta os “... grupos de edifícios que, como um todo, são de interesse histórico ou artístico ...”⁴.

Uma década depois (1964) como consequência do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, surge a *Carta de Veneza*, também designada por *Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios*. Nela apareceu um novo conceito de património, que passou a abranger outro tipo de construções que não fossem propriamente de cariz monumental, considerou ainda que a maior relevância das obras, fossem elas grandes ou modestas, estava nos testemunhos de um passado que elas oferecem. A Carta inovou ao esclarecer que os conjuntos urbanos históricos podiam ser ajustados às necessidades contemporâneas, contudo não poderiam nem deveriam modificar a ordem e a decoração dos edifícios, focalizando-se na contemplação do conceito de monumento histórico não só alusivo “... às criações arquitetónicas isoladas, mas também aos sítios, urbanos e rurais ...” (AGUIAR, 2002:85). Este documento veio a comprovar que restaurar deveria ser um modo de preservar os valores estéticos e históricos do monumento, respeitando sempre os seus elementos ou natureza antiga.

No ano de 1972, na *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, promovida pela UNESCO, foram apresentadas alterações significativas em relação ao património. Esta constituiu-se como o principal documento de conceptualização e criação de um *património mundial*, sujeitando os estados subscritores ao compromisso da proteção, dentro e fora das suas fronteiras, dos monumentos e sítios que pudessem ser olhados como sinais ímpares da humanidade e depósito de uma herança comum, procurando consolidar o conceito de *Património mundial*, descrevendo-o e recomendando o desenvolvimento de instrumentos que promovessem a sua defesa. Para Paulo Peixoto (PEIXOTO, 2000:8), o cunho inovador desta Convenção de 1972, consistiu em reunir as noções de cultura e de natureza, até então situadas em campos opostos.

² *Carta de Atenas* disponível em <http://patrimoniocultural.pt> - consultado entre março e abril de 2014.

³ UNESCO, United Nations Educational Scientific and Cultural Organization.

⁴ Parte do artigo 1º da *Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado* disponível em <http://portal.unesco.org> - consultado em março de 2014.

A *Carta Europeia do Património Arquitetónico*, assinada em 1975 na cidade de Amesterdão, inaugurou uma nova abordagem em relação às questões da preservação. Neste documento ficou determinado que “... o património arquitetónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído ...”⁵. Definição que enfatiza a preservação da envolvente como uma parte de valor cultural dos monumentos, pois o *Património* é algo mais amplo que apenas o monumento em si próprio.

Na década de 80 do séc. XX, os *centros históricos* foram considerados um dos principais problemas das cidades, pela deterioração das construções e das infraestruturas, associadas à dificuldade de inclusão de novos edifícios com novos projetos inconciliáveis com as construções tradicionais. Neste sentido, em 1987 surgiu a *Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, aplicada “... às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos, com a seu ambiente natural ou edificado, que, para além da sua qualidade de documento histórico, expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais (...) Os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto dos elementos materiais e espirituais que determinam a imagem ...”⁶.

Anos depois, a *Carta Internacional do Turismo Cultural* adotada pelo ICOMOS⁷ na 12ª Assembleia Geral no México, em outubro de 1999, definiu Património como o conjunto das paisagens, sítios históricos, agrupados construídos, bem como a biodiversidade, grupos de objetos diversos, tradições antigas e atuais, saberes e práticas de vida. Assim, nesta Carta encontramos alegação da dimensão do quotidiano e, também, o da conceptualização e sensibilidade do imaterial, pois “... o património cultural é um recurso simultaneamente material e espiritual. É testemunho do desenvolvimento histórico. Desempenha um papel importante na vida contemporânea e deve ser acessível, física, intelectual e emocionalmente ao grande público ...” (LOPES; CORREIA, 2004:248-249).

O património tornou-se, portanto, numa matéria de maior amplitude, não se confinando a descobrir e observar a antiguidade e a história, sensibilizando, igualmente, para os vestígios e sinais imateriais imprescindíveis para a compreensão integral do passado.

Mais recentemente, em 2005, o Conselho da Europa, através da *Convenção de Faro*, consagrou pela primeira vez a criação contemporânea como património cultural a preservar, definindo-o como “... o conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus

⁵ 1º Princípio da *Carta Europeia do Património Arquitetónico* disponível em <http://patrimoniocultural.pt> - consultado entre março e abril de 2014.

⁶ Parte do Preâmbulo e do 2º Princípio da *Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas* disponível em <http://icomos.fa.utl.pt> - consultado em abril de 2014.

⁷ ICOMOS, International Council on Monuments and Sites.

valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo”⁸. Embora não determinasse força de lei ou qualquer obrigatoriedade de execução, esta Convenção veio chamar a atenção para o valor do património cultural não somente como fonte (monumento conjunto ou sítio), mas como recurso ao serviço das populações.

Neste interessante trajeto sobre a evolução do conceito de Património, referimos as várias transformações que este conceito sofreu ao longo do tempo, salientando as transformações ocorridas nos últimos anos, onde se passou de uma conceção limitada de Património, baseada em Monumento e Monumento Histórico, para uma conceção mais alargada, abrangendo todos os bens móveis, imóveis e imateriais. Tendo em conta a inexorabilidade do desenvolvimento da tecnologia e da sociedade, o conceito de Património continuará a comportar enormes alterações, assumindo-se cada vez mais como um fator basilar no desenvolvimento de um determinado território.

2.2. Trajetória Histórica da Legislação Portuguesa sobre o Património Cultural

O cuidado com o património, designadamente o arquitetónico, remonta à época medieval, onde eram aplicadas por razões táticas e de defesa do território, medidas de proteção, conservação e reabilitação. Contudo, com o passar de tempo estes cuidados defensivos e estratégicos, devido ao seu simbolismo, localização e uso, alcançaram uma nova importância, nomeadamente o valor da antiguidade, cultural e arqueológico.

A primeira alusão à defesa, promoção e salvaguarda do nosso património, surge durante o reinado de D. João V (1707-1750) com as primeiras políticas estruturadas de conservação e restauro patrimoniais, seguidas de um vasto trabalho legislativo e pela melhoria e progresso das bases práticas de intervenção. Como suporte de atuação deste novo procedimento, está um alvará passado por este monarca a favor da Academia Real de História⁹, datado de 20 de agosto de 1721, ordenando um levantamento “... *Para se conservarem os monumentos antigos, que podem servir para ilustrar e testificar a verdade (...) história*” (LOPES, 1993). Outorgando, assim, a esta Academia Real uma função protetora face à conservação, salvaguarda e preservação do património edificado português.

⁸ *Convenção de Faro* de 2005, Título I, Art.º 2º, alínea a) disponível em <http://patrimoniocultural.pt> – consultado entre março e abril de 2014.

⁹ A Academia Real de História, criada por D. João V, por Decreto de 8 de dezembro de 1720, surgiu no seguimento da criação de Academias Régias na Europa, ao longo do séc. XVIII. Tinha como objetivo escrever a história de Portugal e conquistas. As alterações que desde início afastaram os académicos juntamente com a criação da Academia Real das Ciências, em 1779, foram parcialmente culpáveis pelo seu declínio.

Com a catástrofe sísmica de 1755, na capital portuguesa, a importância do património ganhou uma nova consciencialização social. Assim, a demolição do irrecuperável e a reedificação do possível foi assumida pela sociedade de acordo com outros/novos conceitos estéticos.

Por Decreto publicado no Diário do Governo nº 260, de 15 de novembro de 1875, salientando a enorme importância da criação de um museu das belas artes, espaço relevante para o estudo das mesmas e prestígio do país, e visando também a proteção dos monumentos *“sujeitos ao destino que a ignorância ou a cobiça possam dar-lhes”* foi designada uma Comissão para apresentar ao Governo a remodelação do ensino das belas artes nas academias de Lisboa e Porto, e determinar as medidas apropriadas para a proteção, restauro e conservação de objetos arqueológicos e monumentos históricos.

O Decreto de 9 de dezembro, publicado no Diário do Governo nº 294, de 30 de dezembro de 1899, anuiu o “Plano Orgânico dos Serviços de Monumentos Nacionais”, concebendo também o “Concelho Superior de Monumentos Nacionais”.

No início do séc. XX, na sequência da aprovação das “bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais” lançadas por Decreto de 24 de outubro de 1901, são classificados alguns dos mais importantes monumentos pelo Decreto de 16 de junho de 1910.

A Lei nº 1.700, publicada na I série do Diário do Governo de 18 de dezembro de 1924, confirmou um normativo para a produção de um cadastro dos bens culturais, determinando ao mesmo tempo os elementos indicadores para a divulgação da arte e arqueologia portuguesa no estrangeiro. Esta lei, além de ter estabelecido as regras de atividade dos museus, da inventariação dos objetos arqueológicos e obras de arte, regulou a execução das intervenções em monumentos e palácios e definiu medidas para a proteção dos bens culturais, como a demolição de imóveis classificados e a possibilidade de expropriação.

Anos depois, o Decreto nº 20.985, de 7 de Março de 1932, instituiu o conceito de “Monumento Nacional”, caso possuísse valor artístico, histórico ou arqueológico que impusesse a sua defesa e manutenção como desígnio de interesse nacional, e a figura de “Imóvel de Interesse Público”, se possuísse um importante interesse público em termos artísticos, históricos ou turísticos, sem gozar da classificação de monumento nacional.

O panorama jurídico de proteção do património português só ficou consolidado com a Lei nº 13/85, de 6 de julho, ao estabelecer pela primeira vez o conceito de “Património Cultural”, descrevendo-o como o conjunto de *“bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da*

cultura portuguesa, através do tempo”¹⁰. Como novidade, esta disposição integrava os conceitos de bens materiais e imateriais valiosos na identidade cultural de um país. Estabeleceu, também, uma nova perspectiva de relacionamento entre o Estado, Regiões Autónomas, Autarquias, Associações e outros agentes culturais numa lógica de corresponsabilização e proteção do património cultural. Pretendeu-se, assim, com esta lei fortalecer o papel do Estado, através do estudo, arrolamento e classificação dos bens com valor cultural, apelando-se à consciência cívica dos cidadãos, para a proteção e defesa do património cultural coletivo. Mediante uma série de razões, principalmente pela inexistência de normas de aperfeiçoamento para que fosse praticável, esta Lei nº 13/85 mostrou-se ineficaz, vigorando apenas de forma parcial.

Com a Lei 107/2001, de 8 de setembro, que revogou a anterior Lei nº 2032, de 11 de Junho de 1949, fixaram-se as Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património, fortalecendo o papel do Estado, ficando este com a função de organizar e administrar um Inventário de Património Cultural.

Respondendo à determinação desta Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, foi criado o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural pelo Decreto-Lei nº138/2009, de 15 de junho, fundo público para os bens culturais. Dando também execução ao disposto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº162/2008, de 24 de outubro, e de maneira a garantir uma ingerência mais profícua, articulando-se com outros fundos públicos nacionais como forma de impulsionar uma defesa adaptada do património cultural. Este fundo de Salvaguarda dispôs-se a suportar medidas de proteção e valorização em relação a imóveis, conjuntos e sítios contemplados na lista do património mundial; bens culturais classificados, como de interesse nacional ou de interesse público em risco de destruição, perda ou deterioração, destinando-se, ainda, a atender a situações de emergência ou de calamidade pública em relação a bens culturais classificados, ou em vias de classificação, como de interesse nacional ou de interesse público. Paralelamente determinou mecanismos de articulação com outros fundos públicos ou privados que tinham como propósito a realização de operações de realização de operações de reabilitação, conservação e restauro de imóveis.

¹⁰ Artigo 1º da Lei nº13/85, de 6 de julho.

2.3. A importância das Rotas na promoção e no desenvolvimento local

A procura de rotas/itinerários temáticos que aproveitem e potenciem locais únicos do país com património natural, paisagístico, histórico e cultural tem vindo a ganhar alguma expressão, na medida em que estão associadas aos “*produtos turísticos*” manifestados no PENT¹¹.

Desenvolvidas nos anos 1980 e 1990 pelo Conselho da Europa e pela UNESCO, as rotas culturais que agora são instigadas por várias organizações públicas e privadas “... usam um recurso cultural como tema aglutinador e «constroem» uma via pela qual o utente/turista poderá percorrer a história ou a cultura de um local” (PINHEIRO, 2007:218). Deste modo, a sua incumbência enquanto instrumento de promoção e de desenvolvimento local é fundamental na relação Turismo-Cultura, posicionando-se como uma das componentes essenciais de um destino turístico, descrevendo o produto e acionando a intrínseca divulgação de uma cultura singular ao Mercado, desde o local ao internacional. Sobre este assunto a *Carta dos Itinerários Culturais*¹² refere que “... O Itinerário Cultural pode promover uma atividade de social e económico de uma importância excepcional para o desenvolvimento equilibrado. (...) é uma realidade que pode ter uma grande importância para a coesão territorial e para o desenvolvimento durável ...”.

Sendo a motivação cultural uma das mais importantes motivações associadas ao turismo e que têm dado origem a itinerários temáticos muito interessantes baseados nas especificidades de cada região, a elaboração destes itinerários deve ter em conta a autenticidade das regiões, aquilo que as torna únicas e diferentes¹³, tal como expõe Pereiro Peréz na definição que faz de itinerário:

“... um circuito marcado por sítios e etapas relacionados com um tema. Este tema deverá ser representativo de uma identidade regional própria, para favorecer um sentimento de pertença, de reconhecimento ancorado na memória coletiva. O conjunto organizado formado pelos sítios e etapas tem um valor emblemático e simbólico para a população local e, para o conjunto de pessoas externas, denominadas de visitantes. O tema designado pode dar-se a conhecer à volta de diferentes valores culturais: o vínculo histórico, o vínculo etnográfico, o vínculo social, uma corrente artística, uma identidade arquitetónica, as atividades tradicionais, as atividades artísticas, as produções artísticas” (PEREIRO PERÉZ, 2009: 232-233).

¹¹ Plano Estratégico Nacional do Turismo de iniciativa do Turismo de Portugal I. P.

¹² Elaborada pelo Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) do ICOMOS, ratificada pela 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, em 4 de outubro de 2008, no Québec, Canadá.

¹³ /n <http://pt.scribd.com> – consultado em maio de 2014.

Também Lídia Aguiar, Luís Ferreira e Jorge Ricardo Pinto referem que *“... os circuitos podem constituir um instrumento para o desenvolvimento local, dinamizando social, económica e culturalmente uma cidade”* (AGUIAR; FERREIRA; PINTO, 2009:8).

Assim, segundo estas considerações, os critérios de criação de uma rota/itinerário cultural devem atender aos valores culturais, à memória histórica, à história, ao património cultural e à multiplicidade de identidades de um território. Além disto, *“devem fomentar os intercâmbios e os contactos não estereotipados entre os locais e os visitantes, respeitar o meio ambiente e seguir os princípios do desenvolvimento sustentável, pensando assim em evitar os impactos negativos da atividade”* (PEREIRO PERÉZ, 2002).

Estas práticas turísticas muito procuradas na vertente Turismo-Cultural, ao oferecerem aos turistas temáticas de enorme interesse ao mesmo tempo que facilitam o acesso a outras atrações locais, necessitam que desponham diferentes infraestruturas e serviços, tais como: o alojamento, a restauração, as atividades de animação/diversão e outras, pois só desta forma se assegurará a procura e a continuidade deste produto turístico-cultural, garantindo, paralelamente, a viabilidade económica destas atividades e o conseqüente desenvolvimento da área envolvente.

A par desta valorização e desenvolvimento que as rotas/itinerários propiciam, convém realçar que *“Esta nova e intensa atividade usando o património como recurso turístico, obriga-nos a cuidar mais eficazmente dos bens culturais e a tornarmo-nos todos responsáveis por eles e pela sua conservação e, nesse sentido, é um poderoso fator de educação patrimonial e de educação para a cidadania; obriga-nos a associar o património cultural e os recursos naturais e ambientais, percebendo deste modo a importância da preservação da Natureza e tomando consciência da necessidade de uma correta gestão dos recursos”* (TINOCO, 2009:183).

Por tudo isto, as rotas/itinerários são um poderoso instrumento ao alcance das entidades públicas e privadas para a promoção e desenvolvimento local, bem como uma forte motivação para que os habitantes locais descubram e conheçam melhor o seu património cultural e a sua história.

III – FAFE: TERRA DE ENCANTOS E TESOUROS

“Olhe, meu caro, esta boa terra de Fafe, é assim: pão pão, queijo queijo - portugueza de lei, hospitaleira, franca até á rudeza e capaz também de pôr um bom cacete de cerquinho, a sua justiça deles, onde el-rei não haja posto a sua própria.

E é que a espada vae na burra, e nada por isso de contrariar a alterneira Fafe. Mas é de sympathisar, não é verdade?

Eu, de mim, quando ao regressar de Basto, em uma das excursões que fiz pela província, cheguei ao alto da Gandarella e avistei a larga bacia enflorada de esmeraldas, em que assenta a maior parte do concelho, paisagem onde a luz ri e a agua brinca, tive a compreensão d’essa alegria mascula e saudavel, deparando no valle extenso e nas montanhas rudes com aspecto d’uma natureza, que é ao mesmo tempo ubérrima e alegre, forte e expansiva, Ahi tem o homem explicado pelo meio” (VIEIRA, 1886:556).

3.1. Caracterização do Município

3.1.1. Caracterização Física

O concelho de Fafe situa-se no norte de Portugal, no distrito de Braga e, pertence à sub-região do Ave (NUT III)¹⁴. É um território de transição entre o Minho e Trás-os-Montes, limitado a norte pelos concelhos de Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, a leste pelos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, a oeste pelo de Guimarães e a sul pelo de Felgueiras.

O contexto morfológico do concelho de Fafe distingue-se por possuir três tipos de paisagens: as áreas de montanha, as de meia encosta, em socalcos, e as de vale.

A altitude média é da ordem dos 300 metros (mínimo de 150 metros em Fareja/Serafão e máximo de 839 metros no Alto de Morgair em Gontim), atingindo-se, em alguns pontos, cotas de superiores aos 850 metros.

A norte do concelho encontra-se a Serra de Cabeceiras, uma extensão da Serra da Cabreira. É precisamente na Serra de Cabeceiras que nasce o curso de água mais importante que atravessa o concelho, o rio Vizela¹⁵. Para este rio correm pequenos cursos de água, que irrigam as terras mais

¹⁴ NUT – Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos criada pelo Decreto-Lei n.º 46/89, 15 de fevereiro.

¹⁵ De acordo com Francisco da Silva Costa, o rio Vizela tem as suas cabeceiras a uma cota superior aos 700 metros de altitude e conflui a cerca de 40 km da foz do Ave (COSTA, 2010:12).

baixas e a zona mais central do concelho, formando o vale do rio Vizela, para onde afluem os rios Bugio e Ferro e os ribeiros de Moreira, de Pomarinho, de Calvelos, de Docim e das Ínsuas.

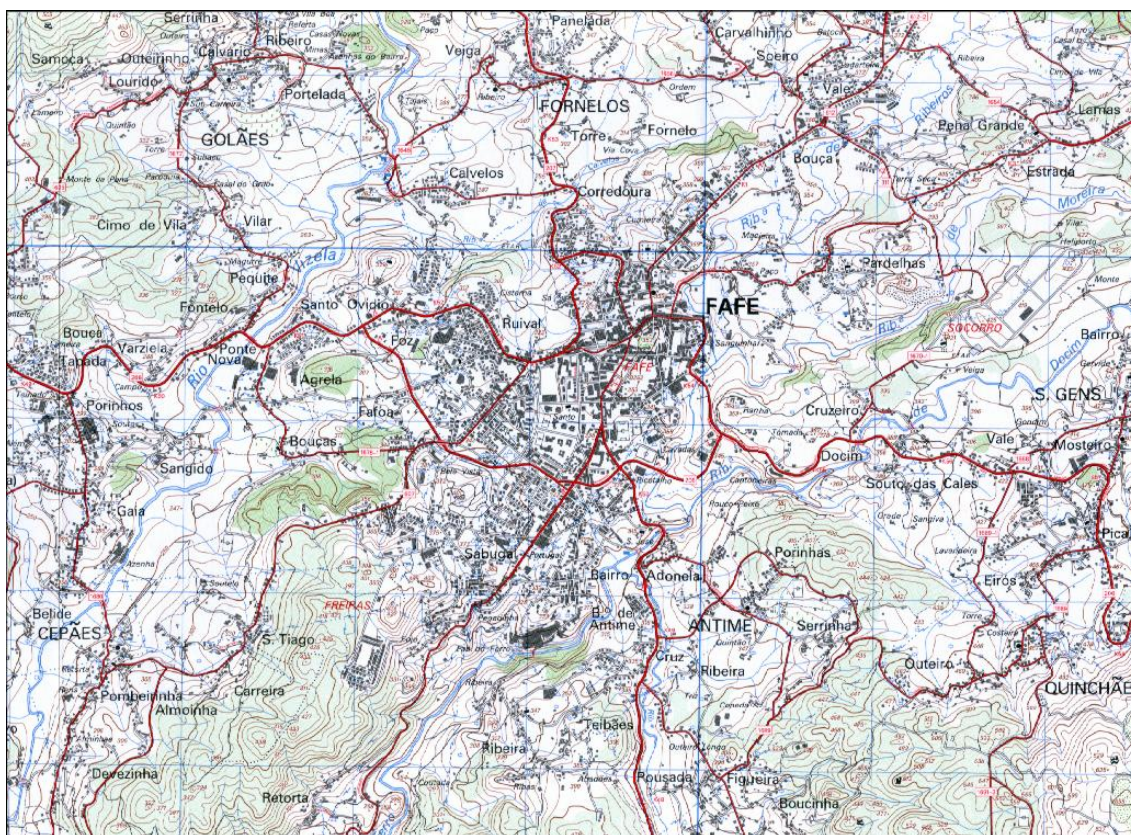


Fig. 1 – Carta Militar nº 85 (excerto) de Fafe e freguesias vizinhas (IGEOE, escala: 1/25 000)

As características dos recursos hídricos do município de Fafe denotam, assim, as especificidades climáticas, as quais são condicionadas pela contiguidade do Atlântico e pelo cordão montanhoso, do termo oriental, que demarca esta região do interior transmontano (COSTA, 2010:12). Portanto, este concelho caracteriza-se por um clima de semelhanças mediterrâneas, com temperaturas agradáveis, pequenas amplitudes térmicas e elevada pluviosidade, consequência da influência atlântica¹⁶.

Relativamente à natureza geológica, os solos predominantes na bacia hidrográfica do rio Vizela, que abrange a maior parte deste concelho, são de origem granítica e afins, penetrados por manchas de xisto (COSTA, 2010:12).

Do ponto de vista agrícola, no norte e nordeste onde o concelho é mais montanhoso e o solo menos fértil, o que propicia a pastorícia, cultiva-se a batata e o centeio, próprios de terras secas.

¹⁶ Segundo Suzanne Daveau, a bacia hidrográfica do rio Ave fica localizada na “fachada Atlântica” pertence ao subtipo climático “marítimo”, onde o efeito da orografia provoca condensação e precipitação nas vertentes voltadas para o litoral (DAVEAU, 1985:84).

Nos locais irrigados também se cultiva o milho e o feijão. Existe igualmente a “*uveira*” ou “*vinha de enforcado*”¹⁷ que serve para circunscrever as parcelas agrícolas, fundamentalmente minifundiárias.

Nas partes sul e sudoeste, com um solo mais fértil, as produções mais significativas são o milho e a vinha com uma produção e produtividades maiores que na zona anterior. Existem também produtos hortícolas e frutícolas. Nestes locais, no passado, estabeleceu-se uma aristocracia rural, cujos sinais são evidentes nos solares, alguns brasonados e nas casas de lavoura de grande dimensão e excelência arquitetónica (MAGALHÃES, 2006:24-25).

As espécies florestais predominantes no município são o carvalho, o pinheiro bravo e outras resinosas e, ultimamente, o eucalipto. Nas áreas acima dos 500 metros subsiste a vegetação espontânea como a urze, o tojo e a giesta.

Em suma: o concelho de Fafe marca “... o fim dos vales extensos e abertos no norte litoral, que lentamente se ajustam e se reduzem, aproximando-se progressivamente aos contrafortes das montanhas do interior, anunciando o início dos concelhos do Minho interior” (MONTEIRO, 2000:76). Por conseguinte, o estilo físico deste município caracteriza-se por um ambiente de montanha mais acentuado a norte e a nordeste, recortado por vales geralmente bem encaixados, conjugados com cursos de água que os drenam. Quanto à ocupação do solo, esta é feita essencialmente por culturas agrícolas anuais, culturas florestais, ocupação urbana e industrial.

3.1.2. Caracterização Humana

Administrativamente Fafe é um concelho constituído por 25 freguesias¹⁸ que se inscrevem numa área de 219, 08 km². A sua população ativa distribui-se essencialmente pela indústria, dispersando-se também pela agricultura, comércio e serviços.

Apesar de apresentar características predominantemente rurais, o sector industrial tem uma grande expressão, nomeadamente na área dos têxteis, contribuindo enormemente para as exportações e para o emprego local, apesar das dificuldades que esta indústria enfrenta nos dias de hoje.

De acordo com os Censos de 2011, o município de Fafe tinha, no ano de 2011, um total de 50 633 habitantes¹⁹.

¹⁷ Forma de instalação de vinha mais famosa na região dos vinhos verdes. Junto a uma árvore plantam-se de uma a quatro videiras que se deixam crescer livremente, entrelaçando-se com os ramos da árvore de suporte. *In* <http://www.vinhoverde.pt> – consultado em maio de 2014.

¹⁸ No seguimento da Lei nº11-A/2013 de 8 de janeiro, relativa à reorganização administrativa do território das freguesias, foi instituído no concelho de Fafe um novo mapa administrativo com 25 freguesias: União das Freguesias de Agrela e Serafão, União das Freguesias de Freitas e Vila Cova, União das Freguesias de Monte e Queimadela, União das Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, União das Freguesias de Moreira de Rei e Várzea Cova, União das Freguesias de Antime e Silveiras Clemente, União das Freguesias de Cepães e Fareja, União das Freguesias de Ardegão, Arnozela e Seidões, Arões Santa Cristina, Arões São Romão, Estorãos, Fafe, Fornelos, Golães, Medelo, Passos, Quinchães, Regadas, Revelhe, Ribeiros, São Gens, Travassós, Vinhós, Armil e Silveiras São Martinho.



Fig. 2 - Atual concelho de Fafe (CAOP 2014 - Carta Administrativa Oficial de Portugal, do IGE)

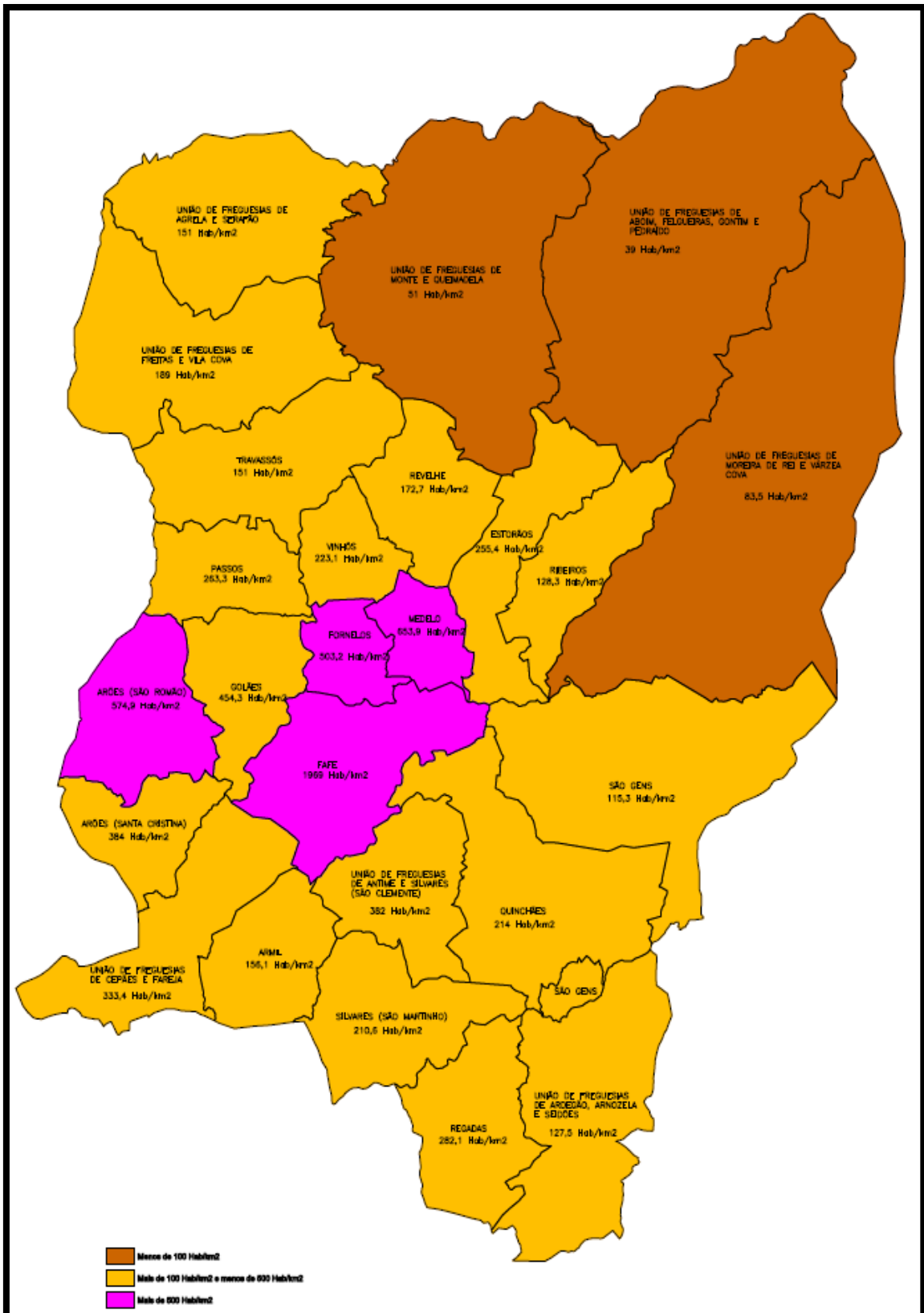


Fig. 3 – Densidade populacional das freguesias do concelho de Fafe (Censos 2011 – <http://censos.ine.pt> em conjugação com a Carta Administrativa Oficial de Portugal, de 2014)

É um dos concelhos mais jovens de Portugal e dista, aproximadamente²⁰, a 380 km da sua capital, Lisboa, a 70 km da cidade do Porto e a 40 km da capital de distrito, Braga.

Relativamente à rede viária²¹, o concelho de Fafe possui uma localização privilegiada de convergência inter-regional com acesso aos principais centros urbanos do Vale do Ave e do Grande Porto. Assim, a construção da A3, da A7 e do IC5 permitiu posicionar Fafe a menos de uma hora do Porto e a 20 minutos de Braga. Pela sua importância fulcral, destacamos a Autoestrada A7, troço que veio, inequivocamente, abrir novas oportunidades e potencialidades para o município de Fafe, que assim fica rapidamente ligado ao litoral e à Europa (COIMBRA, 2007:128). Desta forma, a construção destas acessibilidades permitiu integrar Fafe no espaço regional, possibilitando a criação de novas sinergias com outros polos.



Fig. 4 - Principais vias de comunicação do concelho de Fafe (<http://viajar.clix.pt>)

O aeroporto mais próximo de Fafe é o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto. Apesar de não existir nenhuma ligação direta de Fafe e este aeroporto, o serviço de *transfer* entre a cidade

²⁰ Distância de condução.

²¹ O transporte rodoviário é atualmente o único meio de acesso ao concelho de Fafe. Embora no passado a cidade de Fafe tenha sido servida por um troço ferroviário entre Guimarães e Fafe, inaugurado em 1907 e encerrado em 1986.

vizinha de Guimarães, que dista a cerca de 15 km de Fafe, e o aeroporto da cidade invicta, tem sido muito útil, dado efetuar-se diariamente, com uma duração de 50 minutos, e sem qualquer paragem.

As coordenadas GPS do centro de Fafe, mais exatamente da Praça 25 de abril são as seguintes: latitude: 41.451481° / longitude: -8.170981°.

Fafe é hoje uma cidade virada para o futuro, embora com muito do passado no presente, contemporaneidade carregada de história e estórias, de tesouros e afetos, como refere Artur Coimbra de forma emocionada:

“Linda vila, encantada terra, bela Fafe²² - eis como, ao longo do século XX, se foi adjectivando a «Sala de Visitas do Minho», mais recentemente batizada como «Um Amor de Cidade».

Qualificações honrosas, mimosas, vestidas de imenso carinho e simpatia por este «airoso torrão» de quatro letras apenas, Fafe.

Fafe tem realmente dotes naturais, beleza sem par, gentes generosas e hospitaleiras, e por isso não admira que os poetas a tenham cantado ao longo dos anos, com as cores mágicas do sentimento, da emoção, do afeto” (COIMBRA,2013:17).

3.1.3. Um passeio pela história: da génese ao tempo dos “Brasileiros”

- A génese

O concelho de Fafe é rico em vestígios arqueológicos que testemunham uma vasta e antiga ocupação humana. *“... É costume realçar que por estas terras terão andado em diferentes épocas povos de várias proveniências, citando-se os celtas, os romanos, e até os árabes. De todos terão ficado testemunhos: na organização espacial, na língua, na toponímia ...” (COIMBRA, 1997:24).* Para a fixação das primeiras comunidades²³, muito contribuíram as condições morfológicas do território que hoje constitui o concelho de Fafe, nomeadamente o clima ameno, os solos férteis e a abundância de água (BASTOS; FERNANDES, 2013:17).

O desenvolvimento da vida em grupo, a cooperação no trabalho, na defesa das terras e dos bens levou à construção dos primeiros aldeamentos castrejos, um testemunho do processo de

²² *Almanaque Ilustrado de Fafe, 1955, p.7.*

²³ Por volta do IV milénio a. C., às comunidades de caçadores e recolectores que erigiram diversas necrópoles megalíticas disseminadas pelos povoados de Aboim, Fornelos, Freitas, Medelo, Moreira de Rei, Passos, Pedraído, São Gens e Travassós, sucederam as comunidades de agricultura e pastores (BASTOS; FERNANDES, 2013:17).

sedentarização. Foi neste contexto que surgiu o mais conhecido dos povoados castrejos, o Castro de Santo Ovídio. Situado nos arredores da cidade de Fafe, foi estrategicamente edificado numa encosta do rio Vizela, pois oferecia garantias de defesa, ao mesmo tempo que possibilitava a prática de atividades agropecuárias e o aproveitamento dos recursos fluviais (BASTOS; FERNANDES, 2013:17).

Quanto aos aspetos urbanísticos, Artur Coimbra refere que este povoado evidencia já preocupações nesse campo, com a existência de ruas e praças pavimentadas, e que as habitações descobertas compreendem casas de planta circular e de planta quadrada, conservando-se o sistema de cobertura tradicional, principalmente o colmo (COIMBRA, 1997:32).



Fig. 5 - Castro de Santo Ovídio (Foto do Autor)

- O concelho de Monte Longo: construção medieval

A reorganização política, militar e judicial, consequência das doações de terra e bens aos intervenientes nas campanhas militares no processo de Reconquista, lançaram as bases da construção medieval do concelho de Monte Longo.

Os limites atuais de Fafe são muito diferentes dos que compunham este antigo concelho. Refere Artur Coimbra “... *Sabe-se, de todo o modo, que o antiquíssimo Monte Longo (topónimo que tem a ver, seguramente, com a forma do terreno acidentado por onde se estendiam as freguesias*

que o constituíam: montes de níveis irregulares, ora mais altos, ora mais baixos, até perder de vista) era um município medieval, esse período temporal lato que vai do século V ao século XV...” (COIMBRA, 1997:24). Segundo o mesmo autor “... Nesse período, embora terra presumivelmente pequena e de restrita importância, tinha como cabeça de concelho Santa Ovaia (Eulália) Antiga, chamada de Fafe, desde o século XVII. Santa Eulália de Fafe sempre foi, inquestionavelmente, a cabeça do concelho, primeiro de Monte Longo e depois de Fafe, contrariamente às tortuosas versões que as enciclopédias repetem maquinalmente, desde não se sabe quando...” (COIMBRA, 1997:35).

As mais antigas referências documentais a lugares hoje integrados no concelho de Fafe, por exemplo, “Sancto Michael de Monte” (S. Miguel do Monte) mencionado no século VII e “Guntim” (Gontim) documentado no século VIII, constam no Testamento de Odoário. Documentação do século XI (*Portugaliae Monumenta Historica*) menciona também a existência de diversos locais ao tempo do rei Ramiro (século IX) e que permaneceram até aos dias de hoje: “Arones” (Arões), “Golanes” (Golães), “Quintianes” (Quinchães), “Travazolos” (Travassós), “Villacoua” (Vila Cova), “Fleitas” (Freitas), “Agrella” (Agrela) e “Vilarellio” (Vilarelho, lugar da freguesia de Serafão). Igualmente do século XI é a referência à “villa quo vocitant siluares subtus mons longo” (Silvares de Monte Longo). Anos mais tarde, as *Inquirições Gerais* ordenadas por Afonso II, fornecem referências incontornáveis sobre a área que integra atualmente o concelho de Fafe. Já nas *Inquirições* de 1258, no reinado de Afonso III, foram iniciadas novas inquirições que resultaram numa valiosa coletânea de informação, fundamental para desvendar o espaço, o dia-a-dia, e as vivências sociais das gentes da então denominada “terra e Julgado de Monte Longo” (BASTOS; FERNANDES, 2013:25-26).

O município medieval constituía-se, então, em pequenos “casais” disseminados, dedicados principalmente à agricultura (produção cerealífera, de vinha, de hortícolas, frutos e de castanha), complementada pela criação de gado de pequeno porte (suíno, caprino, de capoeira e ovino), importante na alimentação da população, para além de fornecer peles e lã, e por algumas atividades artesanais (trabalhos em linho e em lã, em ferro e em madeira e presumivelmente em olaria (COIMBRA, 1997:38-39). Outro aspeto importante da vida económica, revelado pelas *Inquirições*, prende-se com o crescimento da circulação de moeda, tornando-se visível a marcha evolutiva para uma economia de mercado (BESSA, 1985: 19, 21).

A 5 de novembro de 1513, o rei D. Manuel I concedeu Carta de Foral ao território de Monte Longo. Como verificamos anteriormente, este documento apenas atestou a criação oficial do concelho, porque a estrutura municipal que dotava a comunidade de homens livres de maior

autonomia administrativa, encontrava-se, assim, informalmente constituída muito antes da atribuição desta Carta de Foral (BASTOS; FERNANDES, 2013:26).

- O concelho de Fafe: um município em mudança

O estabelecimento do liberalismo instituiu no território nacional um de reformas administrativas e territoriais tendentes a revogarem os arcaísmos do Antigo Regime. Estas reformas ao concederem aos organismos municipais um maior sentido de ordenamento, refletiram-se em Monte Longo. Deste modo, em 1836, a denominação deste território deixa de se usar, para passar a utilizar-se unicamente nome de Fafe. No princípio desse ano a documentação municipal já mencionava *“Concelho e Villa de Fafe”*. Ainda que legalmente se chamasse Monte Longo, já era Fafe. Contudo, só a partir de 6 de novembro, começa a vigorar esta última denominação, consequência do Decreto sobre a divisão territorial emitido pelo Governo Constitucional, subscrito por Passos Manuel (COIMBRA, 1997:68-69).

Sobre este assunto Paula Bessa refere o seguinte:

“... O concelho de Fafe foi criado no século XIX. Data de 1840 a atribuição do estatuto de Vila de Fafe. Só em 31 de dezembro de 1853 será criado o concelho de Fafe com contornos próximos dos atuais, do qual esta Vila passará a ser cabeça. Desde logo, o território do novo concelho englobará as freguesias outrora pertencentes ao concelho de Montelongo e seus coutos e honras e, também outras que, anteriormente, se ligavam ao termo de Guimarães (...) A partir de então estava lançada, definitivamente, a nova unidade territorial administrativa que passará a incluir 36 Freguesias...” (BESSA, 1985: 27-28).

A partir da criação do concelho, o município iniciará um processo de transfiguração, ou seja, adquire um centro urbano moderno, vê nascer as primeiras indústrias, fomenta obras de assistência e altruísmo. Desta metamorfose nos deu conta José Augusto Vieira na sua obra *O Minho Pitoresco*:

“... eis-nos em Fafe, olhando das janelas do hotel da Vista Alegre a physionomia da graciosa villa, que mais de perto vamos analysar, o que aliás é fácil e se executa em pouco tempo, porque, exceptuando a nossa gravura de página e que é, por assim dizer, o coração de Fafe — haja em atenção ao relógio da Praça municipal que lhe marca as pulsações, — a duas ou três ruas mais e a um outro largo se reduz a topografia local.

Fazendo esta visita percebe-se bem que vae numa phase crescente de prosperidade a velha Fafe e que o elixir da fortuna a remoça deveras; as construções particulares ahi estão na sua abundância para comprovar, tanto mais que em muitas se lê o sorriso da abastança alegre que deve animar a physionomia dos seus proprietários.

Os edificios públicos, que mereçam especial menção, ainda são poucos, ou quasi se limita o seu número ao bello hospital construído em 1860, no largo de D. Pedro V e ao asylo situado na rua de D. Maria Pia [hoje, Rua de Montenegro]. Este último, não tendo a sumptuosidade material do primeiro, não lhe é de certo inferior nos intuitos moraes e isto basta, para quem desejar avaliar da civilização d'uma terra. O Club não falta em Fafe também, elemento de civilização que aggreemia em sociabilidade intima os naturaes e os adventícios, centro de recepção, onde chegam as novidades do mundo, que à noute são discutidas entre um volte de copas e um calix de genebra. N'este meio assim preparado o jornal da terra brota espontaneo como um nenúfar nas aguas dormentes d'um lago: o club, o asylo, o municipio, o hospital, o passeio, a politica formam os fios d'essa pequena lampada de incandescencia, com artigo de fundo e sala de visitas para o high-life da terra, que mão ousada levanta para alumiar com intermittencias hebdomadarias o caminho do progresso em que vae encarreirado o espirito local..." (VIEIRA, 1886:567-568).



Fig. 6 – Postal Ilustrado do início do séc. XX

Um testemunho do desenvolvimento tecnológico que a vila e o concelho conheceram, foi a inauguração da luz elétrica, em 5 de outubro de 1914. Acontecimento com muito impacto na

imprensa local, como evidencia Artur Coimbra (COIMBRA, 1997:151) ao reproduzir uma notícia do jornal *O Desforço*, editada dois dias depois desta inauguração:

“... Foi de festa para a nossa terra o dia de anteontem. Melhoramento esplêndido e obra modelar, síntese de um esforço persistentemente empregado e resultante de um bairrismo louvavelmente exercido, a nova melhoria que vimos de alcançar, constituindo um excepcional bem para a nossa localidade, bem merece o aplauso de todos os fafenses.

Não era de facto, com os antiquados lampiões gaz, misto de imundície e pré-historismo, que poderíamos, adentro do perímetro de engrandecimento que marcamos e em que temos de subsistir, impor-nos com manifesta vantagem e honrar-nos com justificado.

Nós temos hoje na nossa terra, completando uma série de melhoramentos que eficazmente contribuem para o seu desenvolvimento, em destaque dos demais, a luz eléctrica.

Viva Fafe!

Fruto dos capitais dos “Brasileiros” de Torna-viagem, foram edificadas novas habitações e obras filantrópicas, como salienta Miguel Monteiro ao referir uma notícia do jornal *O Desforço* de 6 de dezembro de 1912, onde se reconhecia que foi no Brasil onde muitos foram ganhar “as suas fortunas para depois virem edificar aqui as suas habitações, dotando a vila com casas de caridade, etc.” (MONTEIRO, 2000:32). Estas habitações definiram um novo traço arquitetónico e uma nova configuração urbana marcada pela abertura de novas ruas e praças.



Fig. 7 - Largo D. Carlos no início do séc. XX (atual Praça 25 de Abril)

Quanto às obras de cariz filantrópico, “... que abarcaram ainda no último quartel do século XIX o lançamento da Igreja Nova de São José, a edificação do Asilo da Infância Desvalida, a construção

do Jardim Público, símbolo do romantismo, e o surgimento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários em 1890, estão igualmente na génese instituidora da Santa Casa da Misericórdia de Fafe...” (BASTOS; FERNANDES, 2013:33). Instituição criada inicialmente com a finalidade de gerir a obra maior deste altruísmo dos “torna-viagem”, o Hospital de São José de Fafe, que começou por apelar-se “da Caridade” e mais tarde da “Misericórdia”. Este empreendimento que seguiu o projeto de uma instituição existente na altura no Rio de Janeiro, o Hospital de Beneficência, está profundamente associado aos “Brasileiros” fafenses, dado terem sido eles, através das suas contribuições, que custearam a sua construção (COIMBRA, 1997:205).



Fig. 8 – Hospital de Fafe no início do séc. XX (aberto parcialmente à comunidade em 19 de março de 1863)

Além do espírito filantrópico, o espírito empreendedor do “Brasileiro” esteve na origem da atividade industrial em Fafe. Se esta atividade nasceu timidamente na primeira metade do século XIX, na segunda metade do século XX atinge uma dimensão considerável, com algumas unidades fabris de relevo. Diz-nos Miguel Monteiro:

“... A indústria fafense possui marcas bem significativas da acção dos seus «brasileiros», contando-se entre estes José Ribeiro Vieira de Castro, José Florêncio Soares, Eustáquio Sequeira Mendes, bem como os descendentes de João Martins Guimarães. Estes «brasileiros» são, respectivamente, os fundadores da Companhia de Fiação e Tecidos de Ferro, Fábrica Fafense de

Gasosas, Refrigerantes e Laranjadas e Empresa Têxtil do Rio Ferro. A implantação destas indústrias teve um grande impacto económico e social em Fafe, quer pelos investimentos directos, quer pelos postos de trabalho criados, os quais funcionaram como pólos de atração demográfica, levando a que gentes de diferentes proveniências geográficas aqui se viessem instalar...” (MONTEIRO, 1991:155).

3.2. Fatores de atratividade

3.2.1. Património arquitetónico: civil e religioso

Com um rico passado histórico, o município de Fafe é detentor de um belo e valioso património arquitetónico (civil e religioso). Este legado não se impõe pela sumptuosidade, como em alguns municípios contíguos, principalmente ao nível da arquitetura residencial/solarenga. Contudo, salientam-se os edifícios de carácter religioso, marcas de uma herança e tradição católica nesta região do país. Na urbe impõe-se um rico e único conjunto de casas de “Brasileiros”.

Património arquitetónico civil – Na cidade e arredores, existem ainda algumas casas brasonadas, certamente ligadas a uma aristocracia fundiária, que teve o seu fulgor em séculos passados. São exemplos mais emblemáticos deste tipo de arquitetura a Casa dos Condes de Azevedo, em Calvelos e a Casa do Santo Velho, que remonta ao século XVII, localizada em plena cidade, é constituída por rés-do-chão e andar e um belíssimo portão nobre brasonado. Encostada a esta, mas de um período mais recente, encontra-se a capela privativa.

A partir do último quartel do século XIX e primeiro do século XX, o desenvolvimento e a paisagem urbana de Fafe vão ser marcadas pela arquitetura dos “Brasileiros” de Torna-viagem. Esta “*construção*” do espaço urbano, concretizada na edificação de belíssimas habitações apalaçadas, diferencia e singulariza esta cidade.

Contemporâneo de alguns palacetes dos “Brasileiros”, o Teatro-Cinema de Fafe²⁴, inaugurado em 10 de janeiro de 1923, representa um dos principais motivos de interesse arquitetónico da cidade, constituindo para a época da sua edificação um importante marco cultural, tendo sido considerado um dos melhores do norte do país. Destaca-se a sua fachada, única em Portugal, pela sua invulgar decoração com pinturas neoclássicas, de cupidos, de flores e grinaldas.

²⁴ Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº5/2002, DR, I Série-B nº42, de 19 de fevereiro.



Fig. 9 – Fachada do Teatro-Cinema (Foto do Autor)

Património arquitetónico religioso – A Igreja Românica de Arões, “*joia da coroa*” do património local, é o único Monumento Nacional existente em todo o concelho. Este magnífico exemplar da arquitetura românica do noroeste peninsular remonta ao século XIII, embora com várias alterações à sua traça inicial, ao longo dos séculos. É um templo pequeno, de baixa altura e com paredes fortemente maciças. Evidencia-se na frontaria austera o arco de volta inteira e o *Agnus Dei* e, na fachada lateral sul, no tímpano da porta, uma inscrição latina referente à data de construção da igreja.

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida é uma “... obra singularmente importante para a compressão da evolução e da dinâmica da nossa arquitetura românica rural de toda a área bracarense” (ALMEIDA, 2001:112).



Fig. 10 – Igreja Românica de Arões (Foto do Autor)

Sensivelmente da mesma época é a igreja Paroquial de S. Gens, templo que preserva, ainda, alguns elementos da construção original de estilo românico.

No local onde hoje se ergueu o templo, existiu na Idade Média um Mosteiro Religioso, que alguns autores dizem ter sido beneditino.

Da primitiva construção românica permanece apenas a porta lateral sul, de volta redonda. Na parte posterior da igreja ergue-se o torreão sineiro supostamente medieval.

Outro admirável exemplar do património arquitetónico religioso de Fafe é a sua Igreja Matriz. Localizada em pleno centro da cidade, mostra que *“... estamos em presença de um dos mais belos e antigos monumentos religiosos do concelho e seguramente o mais antigo do centro urbano. Terá sido em seu redor, no lugar e depois rua do Assento, que se desenvolveu o núcleo fundador do espaço urbano. Aí reside o «núcleo-berço da cidade de Fafe» ...”* (Coimbra, 1997:122).

Apresenta uma fachada de linhas simples e harmónicas, no seu interior encontram-se belos altares, um dos quais com retábulo de talha, Rococó. Recebeu no final do século XVIII as duas torres e a frontaria Barroca que presentemente a caracteriza.

3.2.2. Património gastronómico

O concelho de Fafe é reconhecido a nível nacional pela deliciosa “Vitela assada à Moda de Fafe”, o prato mais emblemático da **gastronomia** local. Já no final do século XIX, José Augusto Vieira escrevia que *“... é afamada a vitela de Fafe, notando-se que neste local é grande, relativamente aos outros concelhos, a matança de vitelas, e que se exportam, pela fama que têm, por outras localidades...”* (VIEIRA, 1886:580-582). O mesmo autor elogia, por mais de uma vez, a *“... deliciosa vitela, que torna Fafe uma das celebridades entre os amadores de carne tenra e branca...”* (VIEIRA, 1886:580-582).

Outra das “especialidades” gastronómicas do concelho é o famoso pão-de-ló, iguaria referida por José Augusto Vieira, *“... A esta pequena tabela póde o leitor acrescentar a barateza e abundancia das fructas, a especialidade do pão-de-ló...”* (VIEIRA, 1886:582). Além deste doce regional, embaixador da doçaria fafense, destacam-se, ainda, a não menos famosa “Sopa Dourada à Moda de Fafe”, os Doces de Gema e as Cavacas.

Também Tomaz d’Alvim, poeta fafense radicado no Brasil, no seu soneto *“Fafe”* de 1924, dedicado ao seu lindo berço minhoto, e publicado em 1926 no *Almanaque de Fafe*, menciona no seu último terceto as riquezas gastronómicas desta região:

“... O pão-de-ló, vinho verde e vitela,

*Na farta mesa desta cidadela
São notas coloridas da paisagem! ...”*

Estas preciosidades gastronómicas, cuja qualidade é reconhecida de norte a sul do país, marcam a identidade e genuinidade de Fafe. Um património cultural regional que é uma verdadeira componente da oferta turística, pois comer e beber bem é também sinónimo de bem receber.

3.2.3. Património etnológico: festas e artesanato

Fafe, como todo o Minho, é cenário de inúmeras **festas** e romarias, ao longo de todo o ano, mas a grande festa da cidade é a romaria em honra de Nossa Senhora de Antime, também denominada da Misericórdia ou do Sol. Esta solenidade que coincide nos nossos dias às Grandes Festas do Concelho decorre no segundo fim-de-semana de julho.

As origens deste culto são seguramente antigas. O programa das festas do ano de 1930 refere que a origem *“se confunde na tradição de cinco séculos”*. O jornal *O Desforço*, em 1918, menciona que a procissão da Senhora de Antime se vinha efetuando há uns 600 anos²⁵. Já no século XIX surgem referências a esta romaria, como escreveu Pinho Leal na sua obra *Portugal Antigo e Moderno*:

“...Grande romaria a Nossa Senhora d’Antime ou Senhora da Misericórdia, ou do Sol. A imagem é de pedra, e com a charola pésa 24 arrobas!

Outros dizem que a senhora pésa 8 arrobas. E o andor, que também é de pedra (!) outras oito. Levam-na na procissão os maiores valentões da freguesia.

A imagem da Senhora é de granito metamorphica, com braços postiços e sem pernas nem pés, nem feitio algum de gente, além da cara. São 8 rapagões que levam a charola e a senhora, mas vão outros oito para os revezar. Apesar da sua valentia, por varias vezes teem alguns ficado esmagados debaixo da imagem; mas, mesmo assim, ha grandes empenhos para levarem a charola, porque teem fé de serem bem sucedidos, nos seus casamentos, se tiverem sido conductores da santa...” (LEAL,1874:131-133).

²⁵ *O Desforço*, 18/07/1918, p.1.

No século XX, Paulino da Cunha referia no *Almanaque de Fafe (1909)* que a “*Festa da Senhora d’Antime é a festa de Fafe por excellencia*”. Nesse dia, “*todas as famílias, não excluindo as menos abastadas, vestem um fato novo e comem o anho da praxe*”.

Associada ao culto, como sempre sucede, está uma conhecida lenda. Conta a tradição que uma imagem da virgem teria surgido no Monte de S. Jorge, em local disputado pelas duas freguesias contíguas, Fafe e Antime. Após longa inimizade, as gentes das duas localidades fizeram um acordo: a imagem de Nossa Senhora de Antime permaneceria todo o ano na Igreja de Antime mas, no dia da festa, os homens de Antime viriam trazê-la ao termo da povoação, ao nascer do dia. Aí, os de Fafe a levariam para a sua Vila, onde festejariam até o pôr-do-sol, altura em que a pesada imagem regressaria à sua morada habitual.

Assim, todos os anos, no segundo domingo de julho, o ritual repete-se. É um cerimonial de enorme fé, de veneração e comoção.

Outra festividade importante do concelho de Fafe, no quadro do culto mariano, é a romaria em honra da Nossa Senhora das Neves. Decorre anualmente, na última sexta-feira de agosto, onde milhares de devotos sobem ao Santuário da Lagoa, na Serra de Fafe, com o propósito de, para além de orarem e cumprir promessas, participarem no invulgar ritual de colocarem a imagem da santa na cabeça, para assim ficarem libertos do mal.

As primeiras alusões a este culto surgem no começo do século XVIII (1706), na *Corografia Portuguesa*, do Padre Carvalho da Costa. Este autor refere então a “*Nossa Senhora da Lagoa*” contando que “*... está esta tam devota, como antiga imagem em hum fermoso Templo, que se fundou de esmolas no cume de huma serra, aonde quasi juntos partem este concelho com o de Guimaraens, Monte-Longo, & Celorico de Basto, tem hum largo terreiro com algumas árvores, que o fazem aprazivel ...*” (COSTA, 1868:134).

Estes dois grandes festejos do concelho de Fafe apresentam, ainda hoje, uma dupla vertente. Por um lado, mantém-se o seu carácter vincadamente religioso através da realização de procissões e missas solenes. Por outro lado, sobressai a vertente profana, com a organização de espetáculos musicais, sessões de fogo de artifício ou outros números de gosto popular.

Relativamente ao **artesanato**, área de atividade que em Fafe mantém ainda formas de produção e expressão de raiz predominantemente popular e rural, que ocupam um considerável número de artesãos, destacamos:

O Entrançado de Palha – O artesanato mais conhecido em Fafe. Com ele se confeccionam chapéus, cestos, etc., através de uma técnica que utiliza um sistema de fios entrecruzados diagonalmente. O entrançado é feito em várias freguesias do concelho pelas chamadas “Chapeleiras”, nomeadamente em Travassós, Passos, Golães e Revelhe, entre outros;

Artesanato Tradicional – Toda uma variedade de artefactos ligados às atividades agrícolas ou domésticas do concelho, designadamente a cestaria com lugar privilegiado em Serafão e S. Romão de Arões, os artefactos de arame e madeira (crivos, peneiras, mosqueiros, ratoeiras), as vassouras e outros trabalhos de piaçaba, e a olaria utilitária e decorativa. Apesar da crise no sector primário da economia, ainda são fabricados os carros de bois, pipos e outros.

Bordados Regionais – Delicados bordados de feição popular, nascidos do desejo de introduzir cor e alegria em objetos de uso diário, desde o vestuário à decoração de mobiliário. Presentemente, e com a mesma beleza, são bordadas imensas peças (blusas de senhora, toalhas, panos de tabuleiros, etc.). Estas são autênticas obras de arte, que resultam da mestria da execução por mãos preciosas, conjugadas com a cor, o desenho e a qualidade do linho.

3.2.4. Património museológico

Os museus constituem-se cada vez mais como vetores importantes da oferta turístico-cultural, contribuindo para a diferenciação dos destinos e para o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio turístico. Deste modo, os vários espaços museológicos de Fafe assumem-se como excelentes fatores de atratividade.

Destes espaços culturais destacamos:

- O Museu das Migrações e das Comunidades, criado em julho de 2001, como plataforma virtual, com a denominação de “Museu da Emigração e das Comunidades”. Tendo em conta o decorrer das atividades, um acréscimo de curiosidade sobre a temática, a oferta de algum espólio material sobre a emigração e a realização de algumas parcerias, surgiu a necessidade de conceber um espaço físico que seria a sua sede, assim, em 2008, foi delineado e criado, mas com uma nova designação, o “Museus das Migrações e das Comunidades”, nas instalações do rés-do-chão da Casa da Cultura, uma das casa mais emblemáticas do nosso itinerário;

- O Museu da Imprensa de Fafe, igualmente, sediado no rés-do-chão da Casa Municipal da Cultura, é um espaço que dispõe de grande parte do espólio do jornal *O Desforço*, fundado em 1892, e do jornal *Almanaque Ilustrado de Fafe*, fundado em 1909, jornais atualmente extintos. Fazem parte integrante do espólio as máquinas e equipamentos necessários à composição, impressão e acabamento dos jornais. Além do espaço oficina, o Museu inclui também uma coleção de outros jornais locais, documentação variada e a recriação do ambiente de trabalho do antigo diretor daqueles periódicos.

- O Museu Regional do Automóvel, localizado na cave do Edifício Nun'Álvares, na rua Guerra Junqueiro, Fafe, inaugurado em julho de 1997. Resultado do empenho conjunto do Município de Fafe, da Região de Turismo e do Clube Português do Automóvel, teve como objetivo divulgar e valorizar a importância, para o concelho de Fafe, do desporto automobilístico e dos seus testemunhos, enquanto memória e história das provas automobilísticas realizadas neste concelho (FERNANDES, 2012:39-40).

IV – CASAS DOS “BRASILEIROS”, E AS SUAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

“Veio edificar uma casa no sítio em que nascera, uma casa grande de cantaria e azulejo com três andares e varandas, jardins com estátuas de louça e alegretes pintados de verde e amarelo, o qual tinha mais fama que os jardins suspensos da Babilónia” (DINIS, 1964:137).

4.1. A casa do “Brasileiro”: breve caracterização

4.1.1. Tipologias edificadas

O Norte de Portugal conserva ainda hoje um riquíssimo património, testemunho de uma estreita relação entre a emigração para o Brasil durante a segunda metade do século XX, o retorno e as alterações arquitetónicas, sociais, económicas e culturais.

Este êxodo para o Brasil trouxe rapidamente proveitos económicos para Portugal, dado que *“... os capitais dos emigrantes portugueses no Brasil contribuíram substancialmente para impulsionar algumas das transformações mais importantes a nível socioeconómico em diversas regiões do país (...) devido aos investimentos dos «Brasileiros» (ROCHA-TRINDADE; CAEIRO, 2000:92).*

Alcançando os primeiros ganhos, estes emigrantes começam a regressar a Portugal no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Quem tinha enriquecido, regressa às terras de origem e nestas aplica a sua riqueza e prestígio alcançado, sendo esta uma época marcada *“... por uma ocupação intensa do espaço com edifícios civis, num processo contínuo (...), e cujos edifícios vieram a ser designados de «casa de brasileiro» (MONTEIRO, 2000:62).*

Quando retornam, estes “Brasileiros”, que *“... após uma longa aprendizagem e vivência no cosmopolitismo brasileiro, onde se fazem homens de negócios e apreendem o sentido da urbanidade...” (MONTEIRO, 2000:67),* vão marcar a paisagem portuguesa com edifícios de características arquitetónicas singulares. Diz-nos Jorge Salazar Braga:

“... as inovações arquitectónicas e decorativas da casa do brasileiro representarão, na maior parte dos casos, uma reprodução «desfocada» de soluções formais de uma arquitectura «elegante» adoptada na construção residencial brasileira a partir de meados do século XIX mercê da actividade de arquitectos e companhias de construção europeias: um modelo onde pontuam influências da casa colonial vitoriana, soluções formais afrancesadas, misturadas com algum revivalismo de cariz italiano” (BRAGA, 1986:61).

Também Paula Torres Peixoto refere que muitos dos *chalets* - residências tão em moda nos centros de veraneio da Europa no século XIX, propriedade da aristocracia e, mais tarde, da burguesia endinheirada, faziam parte dos projetos dos “Brasileiros” a concretizar na sua terra, como garante de estatuto social, tanto mais que no Brasil era um pressuposto que tudo o que vinha da Europa era sinónimo de prestígio (PEIXOTO, 2013:38).

Destas misturas de experiências e valores estéticos e formais resultou a rica e ostensiva arquitetura dita dos “Brasileiros” de Fafe. Arquitetura eclética que representa a afirmação pessoal do proprietário e a sua nova condição social.

Sob o ponto de vista arquitetónico e também segundo a opinião de Miguel Monteiro (MONTEIRO, 2004:171-172) um dos estudiosos que mais se dedicou à presença do Brasil em Fafe, as casas dos “Brasileiros” podem ser divididas em três tipos:

1 – As casas de rés-do-chão e andar, de linhas horizontais, com telhados de quatro águas, com paredes grossas de pedra e esquinas, soleiras e ombreiras de cantaria. As fachadas são amplas, compostas de rés-do-chão e andar nobre, com numerosas portas e janelas, apresentando um mezanino ou pisos suplementar.

Os átrios interiores de pedra lavrada, de onde parte a escada de acesso ao andar que se desdobra em dois lanços, iluminada por claraboia.

2 – As casas onde especialmente ressalta o brilho e pompa das janelas, sacadas, portões, átrios de pedra lavrada com escada de acesso às águas-furtadas, iluminadas por claraboia.

O rés-do-chão era destinado a armazenagem de produtos agrícolas de um proprietário agrícola com residência na urbe.

3 – As casas estreitas que serviram simultaneamente de residência e estabelecimento comercial. No rés-do-chão funcionava a casa comercial e no segundo piso a habitação, por vezes completada com terceiro. Possuía duas portas: uma, de residência, outra, de loja, com comunicação com o interior.

Em quase todos estes edifícios sobressaem as guias verticais a toda a altura, em cantaria, fachadas estreitas e caiadas ou cobertas de azulejo. As varandas estreitas, quase sempre a toda a largura do prédio, possuem guardas de ferro forjado ou fundido ricamente ornamentadas.

Os beirais de faiança, átrios de azulejo, escadarias de madeiras preciosas, em pau-brasil, rosa, cetim, pinho de Riga, os tectos de fino estuque, as portas de belas almofadas entalhadas e pintadas a branco e ouro, as vidraças com bandeiras de desenhos, lustres de cristal, delicados móveis e porcelanas completam um gosto que se afirmou entre 1860-1930.

Para Helena Ribeiro (RIBEIRO, 2007:19-46), estes belos edifícios distintos e diferentes entre si podem ser divididos em quatro tipologias diferentes, existindo um outro grupo que, dada a sua diversidade, não foi encaixado em nenhuma das tipologias determinadas, ficando, portanto, essas casas com a denominação de as “outras”. As tipologias são as seguintes:

1 – Palácios – Construídos entre 1840 e finais do século XX, possuem indicadores de elementos neoclássicos, onde por vezes na fachada principal aparece o clássico frontão triangular com tímpano clássico. Apesar da sua estrutura marcadamente horizontal, estes imóveis possuem uma verticalidade clássica marcada pela porta central, ou noutros casos por guias de pedra verticais, que, quer num, quer noutro caso, definem uma simetria perfeita destas construções arquitetónicas.

O eixo horizontal e vertical destas casas marca o equilíbrio da fachada principal sempre sóbria e austera, com numerosas portas e janelas.

Mandava a regra que o palácio fosse dividido em três corpos: um central e dois laterais.

Comportava também um mezanino e uma belíssima claraboia.

A composição dos vãos apresenta-se equidistante, sempre mais altos que largos, o que marca ainda mais a verticalidade clássica destes imóveis. Na maior parte destas casas, o pátio exterior característico do século XVIII foi transposto para o interior.



Fig. 11 - Palácio do Santo Novo/Casa da Cultura
(Foto do Autor)



Fig. 12 - Palácio de Álvaro Monteiro Vieira de Castro (Foto do Autor)

2 – Palacetes – Considerados todas as edificações construídas nas primeiras décadas do século XX e que apresentam uma estrutura fortemente verticalizada, de base aproximada ao quadrado, de fachadas a alçadas muito trabalhadas, sem forma simétrica e com elementos de composição eclética.

De modo geral, possuem a mesma caracterização arquitetónica: que é a elevação de um terceiro corpo que se destaca em forma de torre, podendo ser considerado por nós como um andar assotado.



Fig. 13 - Palacete de João Alves de Freitas (Foto do Autor)



Fig. 14 - Palacete de Manuel Alves Rodrigues (Foto do Autor)

3 – Casas Apalaçadas Verticais – Foram construídas entre 1860 e finais do século XIX. Destacam-se pelas suas dimensões construtivas, acompanhadas de extensos logradouros (alguns já desaparecidos), alinhados à rua, com exibição simétrica da fachada principal, normalmente ampla e independente de alguns elementos eruditos na sua composição, com revestimentos de azulejos coloridos (influência da clima brasileiro).

Na generalidade possuem rés-do-chão e dois andares, podendo também aparecer somente rés-do-chão e um andar.

Comportam diferentes remates com platibandas, onde podemos encontrar estátuas de formas humanas ou vasos a rematar a habitação.

Possuem ainda magníficas claraboias que possibilitam a entrada de luz para iluminação interior, também característica da arquitetura brasileira.

A acentuar a verticalidade destes edifícios, já de si mais altos que largos, aparecem guias de pedra verticais a toda a altura do edifício.

Para quebrar a verticalidade, e dividindo os diferentes andares, observamos guias de pedra.

Um importantíssimo elemento que todos eles possuem, são as varandas, em cantaria, com grades de ferro ornamentado, por vezes a toda a largura do edifício.



Fig. 15 – Casa Apalaçada Vertical de José Alves de Freitas (Foto de Autor)



Fig. 16 – Casa Apalaçada Vertical de António J. Novais Coutinho / Clube Fafense (Foto do Autor)



Fig. 17 – Claraboia da casa Apalaçada de José Alves de Freitas (Foto do Autor)

4 – Casas Apalaçadas Horizontais – A fachada é marcada por alongamentos de horizontalidade estrutural. São casas de rés-do-chão e andar nobre, fazendo alinhamento com à rua. Algumas são rebocadas e pintadas, outras revestidas a azulejos, possuindo todas elas varandas estreitas de cantaria ao nível do andar nobre. Comportam numerosas portas e janelas, bastante altas, que no Brasil funcionavam como arejamento e refrescamento, devido ao clima.

Estes imóveis rematam quase todos em beirais de faiança pintada.

Os telhados são, regra geral, de quatro águas, comportando lanternins ou mesmo em mezanino ou andar assotado.

Normalmente, no rés-do-chão funcionava o estabelecimento comercial ou então servia como armazenagem de produtos agrícolas.



Fig. 18 – Casa Apalaçada Horizontal do Comendador Albino de Oliveira Guimarães (Foto do Autor)



Fig. 19 – Casa Apalaçada Horizontal de Joaquim Mendes da Costa Franco (Foto do Autor)



Fig. 20 – Beiral de faiança pintada da Casa Apalaçada Horizontal de Joaquim Mendes da Costa Franco (Foto do Autor)

5 – Outras – São todas aquelas que não obedecem às características anteriormente enunciadas e, embora sejam todas de finais do século XIX, por razões múltiplas, não as conseguimos encaixar em nenhuma das tipologias em estudo.



Fig. 21 – Casa (Outras) de Constança Lobo (Foto do Autor)

Muitas das casas mais importantes (Casas Apalaçadas e Palacetes) aparecem ladeadas por um parque ou jardim vedado com portões de Ferro, arborizado, magnificamente ornamentado e decorado com lagos, painéis de azulejo e estátuas (MONTEIRO, 2000:71). Estes jardins ao ar livre, com a sua componente ornamental, a horta e o pomar, constituíram para os “Brasileiros” um imprescindível complemento da sua residência enquanto espaço híbrido onde o público e o privado se ligavam e assumiam como local revelador de prestígio social.

Além disso, este espaço naturalista com toque de exotismo, pretendia ser também uma reconstituição da floresta tropical. Daí existirem sempre palmeiras misturadas com plátanos e árvores e fruto (BRAGA, 1986:64).

4.1.2. Revestimentos das fachadas

O revestimento destas casas, sobretudo da fachada principal, é por vezes mais importante que esta, reflete a afirmação do proprietário, estando divididas em duas: rebocadas, caiadas ou pintadas ou azulejadas (RIBEIRO, 2007:49-51).

- **Rebocadas** – Pese embora a abundância de granito existente em Fafe, do qual eram edificadas todas estas construções, no acabamento do pano de fachada predomina o tradicional reboco liso, sendo caiadas ou pintadas de cores várias.

Nestas edificações sobressai o bellissimo trabalho de cantaria, normalmente nas guias de verticais, nas esquinas, soleiras e ombreiras, nas varandas, nas molduras de portas e janelas (sempre numerosas) e nas platibandas, quando as possuem.

- **Azulejadas** – As fachadas revestidas a azulejo foram uma importação do Brasil. Neste país o uso de azulejaria era idêntico ao de Portugal. A inovação é que, em finais do século XVIII, estes passaram a ser objeto de revestimento de fachadas, tornando-se uma tipicidade daquela terra e que Portugal viria a conhecer também como o regresso dos emigrantes de «Torna-viagem».

Foram de facto os “Brasileiros” os primeiros a revestir as fachadas das suas casas (verdadeiros palácios), com aquele material.

Este é, porventura, um sinal de mudança. A mudança de dentro para fora, numa atividade que em Portugal tem já vários séculos de existência.

A aplicação de azulejos no exterior dos edifícios generalizou-se no Brasil, destinados a proteger as fachadas, tendo apenas um valor funcional pela resistência à temperatura e humidade e diminuição de calor no interior dos edifícios, através da reflexão do mesmo.

A articulação azulejos/fachada corresponde neste país ao gosto português, sendo na sua maioria importados de fábricas portuguesas.

De facto, os primeiros a encomendar azulejaria de fachada foram os emigrantes portugueses no Brasil e que regressaram endinheirados, procurando exhibir publicamente a sua ascensão social, com a mesma linguagem simbólica que anteriormente distinguia a casa nobre.

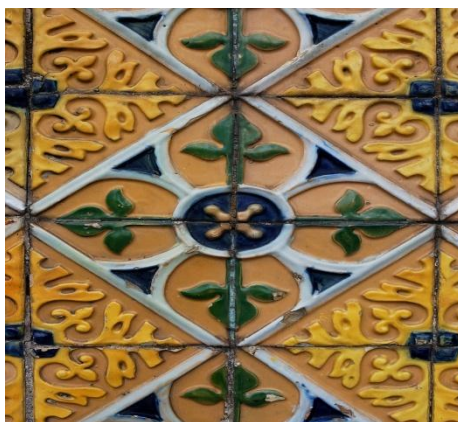


Fig. 22 – Azulejos da Casa Apalaçada Vertical de António Joaquim Novais Coutinho (Foto de Autor)

4.1.3 – Principais características arquitetónicas

As principais características da arquitetura “Brasileira” são, de acordo com Artur Coimbra (COIMBRA, 1997:104-105) das mais diversificadas, podendo resumir-se da seguinte forma:

- *Fachadas amplas, rebocadas e caiadas ou revestidas de lindíssimos azulejos de várias cores;*
- *Geralmente, as casas de rés-do-chão e andar nobre, de linhas horizontais;*
- *Numerosas portas e janelas, de pé direito considerável;*
- *Portas magnificamente almofadadas, entalhadas e pintadas a branco e ouro;*
- *Portões com monogramas desenhados;*
- *Em muitos casos, um “mezanino” ou andar adicional;*
- *Paredes grossas de pedra;*
- *Esquinas, soleiras e ombreiras de cantaria;*
- *Varandas estreitas, normalmente a toda a largura do edifício, com guardas de ferro forjado ou fundido, magnificamente ornamentadas;*
- *Estatuária ou vasos, a rematar a habitação;*
- *Beirais de faiança pintados na parte interior, geralmente de cor azul;*
- *As clarabóias, símbolo desta arquitectura, fundamentais para a iluminação do edifício, eram normalmente colocadas no topo de telhados a iluminar as escadas interiores;*
- *Átrios interiores de pedra lavrada;*
- *Escadarias de madeiras preciosas;*
- *Interiormente, grandes salas e aposentos, com esplêndidas decorações;*
- *Tectos de estuque, de graciosos recortes, com desenhos alusivos às funções dos aposentos;*
- *Belos móveis e porcelanas;*
- *Lustres de cristal.*

4.2. Verificação e caracterização do objeto de estudo

Neste nosso projeto fizemos o levantamento de casas de “Brasileiros”. A escolha recaiu sobre os Palácios, Palacetes, Casas Apalaçadas Verticais e Casas Apalaçadas Horizontais. Definido o método, o passo seguinte foi delimitar o espaço, levantamento que incidiu sobre o centro urbano de Fafe, área onde foram identificadas a totalidade destas habitações.

Vejam os o mapa que se segue. Este apresenta a localização das casas em análise.

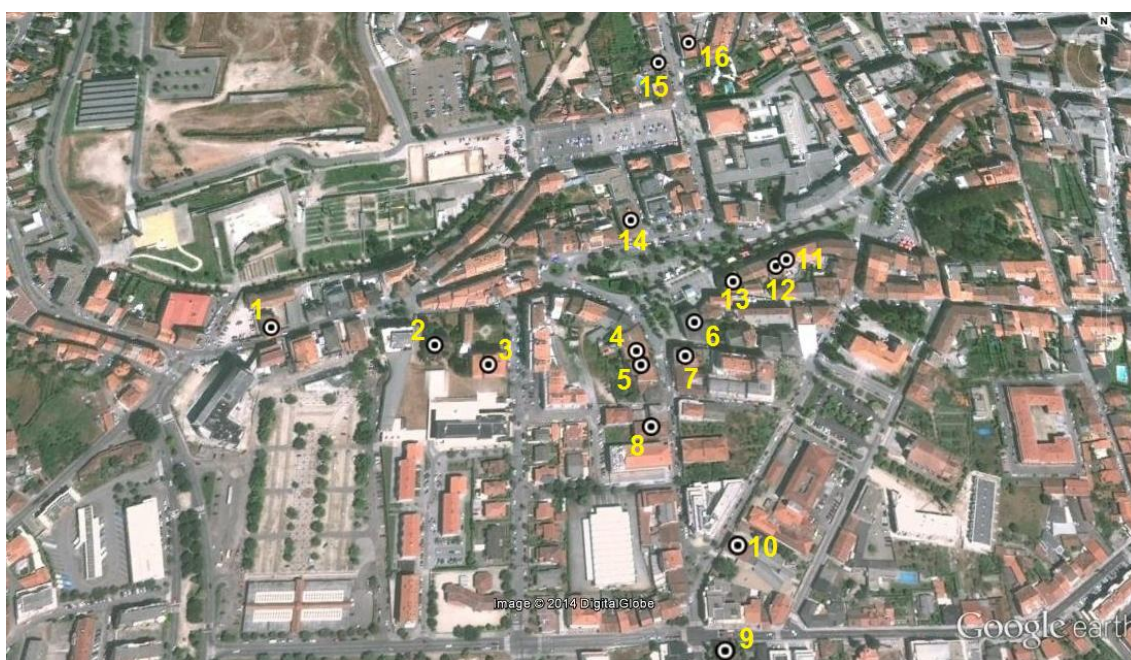


Fig. 23 - Localização das 16 Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe (mapa extraído do Google earth)

Legendagem da Figura 23: 1 – Casa de José Joaquim Carvalho, 2 – Casa de João Alves de Freitas/Palácio do Grémio, 3 – Casa do Santo Novo/Casa da Cultura, 4 – Casa de José António Martins Guimarães, 5 – Casa de José Alves de Freitas, 6 – Casa de António Joaquim da Silva, 7 – Casa de Álvaro Monteiro Vieira de Castro, 8 – Casa de José Luís Mendes de Oliveira e Castro, 9 – Casa de Manuel Rodrigues Alves, 10 – Casa de Constança Lobo, 11 – Casa de Fortunato José de Almeida, 12 – Casa de Fortunato José de Oliveira (2ª), 13 – Casa de António Joaquim Mendes Novais Coutinho/clube fafense, 14 – Casa de Joaquim Mendes da Costa Franco, 15 – Casa de Miquelina Alves de Sousa/Vivenda Elvira Selles, 16 – Casa do Comendador Albino de Oliveira Guimarães.

Para a caracterização específica das Casas decidimos conceber uma ficha de inventário²⁶, para cada casa em análise. E o resultado foi o seguinte:

| |
|--|
| Denominação: |
| <u>Localização</u> Concelho: Freguesia: Rua: Coordenadas GPS: |
| <u>Caracterização do Edifício</u> Época de construção: Proprietário inicial: Proprietário atual: |
| Descrição do Edifício: |
| Proteção: |
| Utilização Inicial: |
| Utilização Atual: |
| Afetação/Classificação: |
| Características Particulares: |
| Elementos Técnicos e Materiais: |
| Cronologia: |
| Fontes Bibliográficas/Impressas: |
| Base Cartográfica: |
| Documentação Fotográfica: |
| Observações: |

²⁶ As fichas de inventário foram criadas com base nas fichas publicadas por: PONTES, 2013:69-70; www.monumentos.pt

Para o preenchimento dos diversos elementos que compõem estas fichas de inventário, realizámos um trabalho de campo, uma pesquisa bibliográfica, cartográfica, assim como a consulta de alguns sítios ligados ao património português (por exemplo, www.monumentos.pt)

Quanto ao campo “proprietário atual” decidimos nos casos de entidades privadas não pormenorizar a indicação dos seus proprietários, devido à dificuldade em contactá-los e à complexidade da consulta de registos de propriedade. Relativamente aos casos de entidades públicas, optámos por particularizar o detentor. As fichas de inventário das casas estudadas, por motivos de ordem prática e organizacional, encontram-se nos **Anexos**.

4.3. Rota das Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

O reconhecimento do percurso no terreno é uma das fases de preparação e desenvolvimento de uma rota, este deverá contemplar um desvio sempre que se encontre algo digno de interesse, monumento, etc., como é o caso do nosso projeto.

É com a definição do percurso que se compõe um itinerário que irá promover/divulgar os recursos e estimular o interesse daqueles que ainda não são devidamente reconhecidos. Os itinerários constituem, assim, um excelente meio de apresentação do património e de recursos, arrogando-se como verdadeiros instrumentos de desenvolvimento local. Desta forma, para além da preservação e proteção do património histórico e cultural que estes propiciam, a sua exploração poderá ser um motor de desenvolvimento e promoção social, económica e cultural dos territórios. De acordo com Pereiro Pérez *“apostar neles pode significar um custo muito baixo e uma rentabilidade muito alta através da geração de riqueza indireta”* (PEREIRO PERÉZ, 2002).

Efetivamente, a conceção de um itinerário tem um custo baixo comparativamente com a rentabilidade económica que a médio prazo poderá aí resultar. Pois, além de excelentes instrumentos de promoção e salvaguarda do património cultural, podem alavancar outros produtos, promovendo o desenvolvimento económico de uma cidade ou região.

4.3.1. Avaliação

Como elementos facilitadores e inibidores à implementação da Rota das casas dos “Brasileiros” no centro urbano de Fafe, apresentamos os que integram o quadro seguinte.

Elementos facilitadores e inibidores à implementação da Rota das casas dos “Brasileiros” no centro urbano de Fafe

| Elementos Facilitadores | Elementos Inibidores |
|--|--|
| 1 - A sua localização - No Minho, uma das mais vibrantes regiões turísticas portuguesas. Está a um passo da conhecida cidade “Berço da Nação”, Guimarães. | 1 - O clima, com invernos frios e chuvosos e amplitudes térmicas anuais expressivas, devido à localização e aos fatores de continentalidade. |
| 2 - As acessibilidades (situa-se a 60 km do Aeroporto Internacional do Porto, com ligação direta por autoestrada A3 e A7, e está a 175 km do Aeroporto Peinador, em Vigo. | 2 - As boas acessibilidades com as principais cidades do Norte do país não potenciam a estadia em Fafe. |
| 3 - A qualidade de algumas unidades hoteleiras, nomeadamente de Turismo de Habitação. | 3 - A pouca oferta de alojamento em termos quantitativos. |
| 4 - A afirmação nacional e internacional da marca Fafe como capital dos “Brasileiros” de Torna-viagem. | |
| 5 - A proximidade e boa acessibilidade entre alguns monumentos (Igreja de São José/Igreja Nova) e alguns museus (Museu das Migrações e das Comunidades e Museu da Imprensa de Fafe, localizados numa das casas da nossa Rota) com o itinerário a implementar, permitindo ao turista visitá-los sem grande esforço em termos de mobilidade. | 5 - A escassa quantidade e qualidade da oferta de animação cultural. |
| 6 - Possibilidade de visitar parte exterior de todas as casas. | 6 - A impossibilidade de visitar o interior de algumas casas de propriedade privada. |

| | |
|---|---|
| 7 - Disponibilidade de alguns organismos instalados nas casas possibilitarem visitas no seu interior. | 7 - Dificuldade de visitar o interior de algumas casas fora do horário pós-laboral. |
|---|---|

Análise Swot

A análise swot irá ajudar-nos a fazer o diagnóstico estratégico do nosso itinerário cultural, permitindo identificar e combater as fragilidades encontradas.

Pontos Fortes

- Reconhecimento internacional do património arquitetónico dos “Brasileiros” de Torna-viagem;
- Boas acessibilidades;
- Riqueza e variedade de recursos culturais (património, gastronomia, artesanato);
- Simpatia da população local para com os visitantes.

Pontos Fracos

- Falta de indicação e sinalização dos locais de interesse turístico;
- Destino turístico de passagem;
- Carência de recursos humanos especializados (guias);
- Falta de documentos em língua estrangeira e débil informação;
- Pouca promoção e informação turística, nomeadamente de materiais de divulgação.

Oportunidades

- Proximidade de polos turísticos importantes, designadamente Guimarães (classificado pela UNESCO), Braga e Porto (classificado pela UNESCO);
- Boa localização face aos aeroportos de Porto e Vigo;
- Excelentes acessibilidades;

- Intensificação da promoção turística e seus principais produtos turísticos;
- Aposta na oferta de novos produtos turísticos, potenciando os recursos endógenos;
- Aproveitar o investimento público para o sector do turismo;
- Investimentos em Animação Turística com mais-valia local (privado/publico).

Ameaças

- Possibilidade de o destino ser preterido em favor de outros destinos próximos (Guimarães, Braga e Porto);
- A qualidade dos serviços e da informação torna determinante a qualificação da sua oferta;
- Conjuntura económica: crise.

4.3.2. Explicação e descrição do itinerário

A Rota *Pelas casas dos “Brasileiros”*, um roteiro com história é constituída por um único itinerário, pois estes belos edifícios concentram-se na sua grande maioria numa área relativamente pequena do centro urbano da cidade de Fafe, e em número não muito elevado. Deste modo, neste itinerário de ambiente urbano, o percurso deverá ser pedestre, utilizando os passeios das praças, calçadas, ruas e outras artérias urbanas da cidade. Efetivamente, os circuitos pedestres associados ao turismo cultural em ambientes urbanos têm vindo a granjear alguma notoriedade, podendo mesmo cruzar-se ou complementar-se com outros circuitos. Estes constituem-se como instrumentos de desenvolvimento local e a sua exploração poderá proporcionar formas de dinamização social, económica dos centros urbanos.

O nosso percurso que nos leva a percorrer o centro urbano de Fafe e arruamentos envolventes, pode ser definido como linear de pequena rota. Este totaliza uma distância de 1450 metros, sendo um percurso com um grau de dificuldade fácil e com poucos desnivelamentos: a altitude máxima é de 330 metros e a mínima de 290 aproximadamente. A sua realização é aconselhada durante todo o ano, contudo os dias de precipitação podem ser um entrave a essa realização.

4.3.2.1. O itinerário: *Pelas casas dos “Brasileiros” de Fafe, um roteiro com história*

Principiamos o nosso percurso no início da rua Serpa Pinto (sentido Praça da Liberdade – Praça 25 de abril). No nº 30 desta artéria encontramos a primeira habitação da Rota, a **casa de José Joaquim Carvalho**²⁷, rico comerciante “Brasileiro”. Este imóvel é composto por rés-do-chão e andar de linhas quase horizontais e telhado de quatro águas.

Deixada a casa de José Joaquim Carvalho, seguimos para a rua Major Miguel Ferreira para admirarmos a magnífica **Casa de João Alves de Freitas/Palácio do Grémio**, edifício recentemente requalificado para albergar o Arquivo Municipal. Este é um esplêndido Palacete novecentista, verdadeiro exemplar da arquitetura neoclássica, eclética e revivalista, representando o que de mais fantástico se construiu com capitais de audaciosos emigrantes. Ao seu lado encontramos a **Casa do Santo Novo/Casa da Cultura**, imóvel de linhas horizontais, constituído por rés-do-chão e andar, pertenceu a uma família aristocrata cuja fortuna terá sido feita no Brasil. Além de outras valências, este edifício de elevado valor patrimonial alberga ainda dois museus: o das Migrações e das Comunidades e o da Imprensa de Fafe.

Depois de percorrer-mos a rua Major Miguel Ferreira, seguimos o nosso itinerário pela rua Monsenhor Vieira de Castro. Nesta rua deparamo-nos com quatro casas. O primeiro exemplar é a **Casa de José António Martins Guimarães**, moradia com rés-do-chão, de linhas marcadamente horizontais, onde o desenho da fachada principal se diferencia da maioria das casas “brasileiras” de Fafe construídas no final do século XIX. Ligada a esta casa, no nº 40, temos a **Casa de José Alves de Freitas**, belo imóvel com rés-do-chão e dois andares, varanda de cantaria a toda a largura do edifício e guardas de ferro fundido ricamente ornamentado. Situada de frente à referida casa de José António Martins Guimarães, embora localizada na parte superior da Praça 25 de abril, temos a **Casa de António Joaquim da Silva**²⁸. Este edifício de linhas horizontais, afirma-se mais pela sua grandiosidade do que pela beleza da conceção arquitetónica. Ao lado desta casa, e de frente à também mencionada casa de José Alves de Freitas, encontramos a **Casa de Álvaro Monteiro Vieira de Castro**, abastado capitalista e rico comerciante no Rio de Janeiro. A sua fachada é composta por rés-do-chão e andar nobre, com numerosas portas e janelas e enriquecida com um mezanino ou andar suplementar de serviço. Continuando a percorrer esta rua, encontramos, no nº 58, a **Casa de José Luís Mendes de Oliveira e Castro**, habitação de estrutura vertical, composto por rés-do-chão e andar, onde sobressai a varanda a toda a largura do edifício. Junto a esta casa encontramos o Teatro-Cinema, notável

²⁷ Sobre as casas destacadas a negrito neste subcapítulo, vejam-se as respetivas fichas de inventário que incluímos em Anexos.

²⁸ Embora esteja localizada na Praça 25 de abril, decidimos referenciá-la já, pois encontra-se junto a outras da rua Monsenhor Vieira de Castro.

exemplar da arquitetura do princípio do século XX, contemporâneo de algumas casas dos “Brasileiros”.

Deixamos o Teatro-Cinema, e prosseguimos em direção à rua José Cardoso Vieira de Castro, nesta via temos a **Casa de Manuel Rodrigues Alves**, um belo exemplar do princípio do século XX, arquétipo da arquitetura civil residencial, revivalista, eclética e arte nova.

Continuamos o nosso caminho pela rua João XXIII. No nº 293 desta artéria, avistamos a **Casa de Constança Lobo**, uma residência constituída por corpo primitivo retangular com desenvolvimento horizontal. Prosseguindo por esta rua, no lado esquerdo deparamo-nos com o Hospital de São José de Fafe, construído com as contribuições dos “Brasileiros”. Mais adiante, e do mesmo lado, na rua Dr. Maximino de Matos, uma paralela à rua João XXIII, temos a Igreja nova de Fafe/Igreja de São José, obra que surge com um legado do emigrante brasileiro Fortunato José de Oliveira na importância de oito contos de reis 25/02/1895²⁹



Fig. 24 – Igreja Nova/Igreja de São José (Foto de Autor)

Percorrida a rua João XXIII, antes do Largo Ferreira de Melo, passamos para a rua António Saldanha. Uma artéria bem no centro da cidade com três habitações. As primeiras duas casas foram mandadas construir por **Fortunato José de Oliveira**, uma com a fachada azulejada em tons de amarelo e a outra com a fachada azulejada em tons de azul³⁰. Ambas apresentam planta retangular, desenvolvida verticalmente, com rés-do-chão e dois andares. Na mesma rua, mas com um outro acesso pela Praça 25 de abril, encontramos a **Casa de António Joaquim Novais Coutinho**. Esta residência de volumetria vertical, com rés-do-chão e dois andares é, pela sua

²⁹ In www.monumentos.pt – consultado entre maio e outubro de 2014.

³⁰ “... nesta casa foi festivamente recebido o rei D. Carlos, aquando da sua passagem por Fafe e quando se dirigia para as terras de Vidago, única vez que o monarca visitou esta terra”. (MONTEIRO, 2004:207).

localização, uma das mais vistosas de Fafe, na qual se podem observar ainda os azulejos de cor amarela, verde e azul, símbolos do Brasil.

Da parte superior da Praça 25 de abril passamos para a sua parte inferior. Neste local deparamo-nos com a **Casa de Joaquim Mendes da Costa Franco**, habitação que, pela sua estrutura horizontal e dimensões, é um autêntico palácio. Ainda nesta zona da Praça, verdadeiro coração da cidade, encontramos o Monumento aos Mortos da Grande Guerra de Fafe, inaugurado em 1931.



Fig. 25 – Monumento aos Mortos da Grande Guerra de Fafe (Foto do Autor)

Deixamos a Praça 25 de abril, entramos na Avenida 5 de outubro. Aqui vamos encontrar as duas últimas casas do nosso percurso, localizadas na parte final desta álea. Entretanto, antes destas duas habitações, temos a Câmara Municipal de Fafe, bonito edifício novecentista. Inaugurado em 1913.



Fig. 26 – CMF (Foto do Autor)

Depois dos Paços do Concelho de Fafe, continuamos pela Avenida 5 de outubro, do lado esquerdo encontramos a bonita **Casa de Miquelina Alves de Sousa/Vivenda Elvira Selles**, residência de vincada influência inglesa, com volumetria horizontal. De frente a esta, temos a última casa do nosso itinerário, a **Casa do Comendador Albino de Oliveira**. Nesta casa de rés-do-chão e andar nobre sobressaem as suas linhas horizontais, os azulejos de cor verde e as varandas estreitas com guardas de ferro ornamentado.



Fig. 27 - Itinerário “Pelas casas dos «Brasileiros» de Fafe, um roteiro com história” (mapa extraído do Google earth)

V – GESTÃO, DINAMIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA ROTA

A mera conceção de uma rota não garante por si só a sua viabilidade e sustentabilidade económica. Para tal é fundamental transformá-la num produto turístico³¹. Materialização que passa pela incorporação de vários elementos: recursos, infraestruturas, equipamentos, serviços e experiências/atividades (PONTES, 2013:110). No nosso caso de estudo podemos expô-los da seguinte forma:

- Recursos – Casas dos “Brasileiros”
- Infraestruturas – Acessos
- Equipamentos – Restauração, alojamento, comércio tradicional, aparcamentos
- Serviços – Desdobráveis, sinalética
- Experiências/atividades – Visitar e vivenciar as casas

Além da ligação destes elementos para a comercialização do produto, é fundamental saber qual o mercado que desejamos abarcar, ou seja, identificar o nosso público-alvo, criando iniciativas próprias para chegar até ele e responde às suas necessidades (PONTES, 2013:110). Relativamente ao nosso projeto, além da identificação e definição dos indivíduos a captar, serão criados programas e atividades próprias de acordo com a especificidade de cada grupo³². Contudo, só um bom plano de dinamização e promoção do produto possibilitará um bom posicionamento no mercado.

O sucesso deste projeto no panorama do turismo cultural passa indispensavelmente por uma entidade que possa administrar e monitorizar a Rota. Esta determinará os requisitos a cumprir, as obrigações e os direitos dos membros para garantir os padrões de qualidade que permitem diferenciar a Rota no mercado competitivo em que ela se insira (FIGUEIRA, 2013:134). Deste modo, como entidade administradora da Rota das casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe, escolhemos a Câmara Municipal de Fafe, nomeadamente os Pelouros do Turismo/Património Cultural e da Cultura em colaboração com a Naturfafe³³.

Para a dinamização e promoção da Rota, aspetos fundamentais para a sua sustentabilidade e continuidade, elegemos alguns elementos que exporemos de seguida.

³¹ Produto turístico é “*uma mistura de tudo o quanto uma pessoa pode consumir, utilizar, experimentar, observar e apreciar durante uma viagem ou estada*” (BAPTISTA, 1990)

³² O público-alvo da nossa Rota passará por: turistas comuns, turistas culturais, grupos organizados, grupos escolares, grupos de indivíduos particularmente interessados (historiadores, outros).

³³ Cooperativa de Produtores de Serviços no domínio do turismo, desporto, cultura e tempos livres.

Inicialmente será primordial a elaboração de um **folheto/brochura**, aproveitando a base científica presente nas fichas de inventário realizadas. Estes elementos promocionais têm a enorme vantagem de serem “... os únicos instrumentos capazes de fixar informação sob uma forma durável por um custo reduzido (TOJAL, 2014:371).

Outra das formas mais eficazes de tornar acessível a informação nos dias de hoje passa invariavelmente pelas novas tecnologias. Este ambiente tecnológico tem contribuído para o elevado crescimento do turismo, bem como tem ajudado a ampliar o volume da procura e da oferta turística (RAMOS; RODRIGUES; PERNA, 2009:24). Sendo assim, é essencial a criação de um **website** multilíngue, um meio que possibilitará abranger um grande número de utilizadores nacionais e estrangeiros, onde poderão obter todas as informações da Rota e ainda descarregar em ficheiros de vários formatos o mapa e o próprio roteiro. Ainda no seio das novas tecnologias temos as **redes sociais**, instrumentos poderosos de comunicação e divulgação de grande escala e de baixo custo.

Partindo da experiência e tradição da Câmara Municipal de Fafe na organização de Encontros/Congressos³⁴, será oportuno a realização de um **Colóquio** dedicado aos seguintes temas: As casas dos “Brasileiros” de Torna-viagem, A emigração e a figura do “Brasileiro”, Genealogia entre outros. Promovendo, desta forma, o estudo destas áreas e a própria Rota.

A realização de visitas ao **Arquivo Municipal de Fafe**, em fase de instalação numa das casas da nossa Rota (casa de João Alves de Freitas/Palácio do Grémio), permitirá conhecer pormenorizadamente um dos mais belos edifícios dos “Brasileiros” de Fafe, bem como a vasta documentação arquivística deste repositório. Este magnífico imóvel poderá, ainda, albergar um **Centro de Investigação** contendo um acervo bibliográfico específico e documental administrativo, cartográfico e tipográfica das casas da Rota.

Uma campanha de promoção e imagem é fundamental para a informação e divulgação de uma rota. Deste modo, será indispensável uma campanha que considere a elaboração de um plano de **Sinalética**³⁵, ferramenta que facultará ao utilizador uma melhor informação, reconhecimento e orientação da Rota, e a elaboração de um **Logótipo**³⁶. Sendo a sinalética um elemento imprescindível na informação de um destino turístico, esta deverá ser de fácil perceção por todos. No que diz respeito ao nosso percurso, a sinalização da Rota deverá constar nos acessos à região (locais de entrada no concelho, vários pontos da cidade e na estação rodoviária). Esta sinalização deverá dar a conhecer o percurso até ao centro da cidade de Fafe, nomeadamente

³⁴ Mencionamos a título de exemplo as *Jornadas de História Local* (com 5 edições).

³⁵ É um mecanismo “que nos conduz por um determinado percurso, realçando o que de bom tem para nos mostrar e «ocultando» ou «desviando» tudo o que se considera menos simpático” (PONTES, 2013 *apud* VERDIAL, 2006).

³⁶ O logótipo é um dos elementos visíveis da marca (PONTES, 2013 *apud* VERDIAL, 2006).

ao Posto de Turismo, local onde será fornecida ao visitante toda a informação e documentação da Rota.

A acompanhar e complementar todas as iniciativas concebidas pela Rota, deverá estar o logótipo, marca que identifica e distingue este produto turístico-cultural.

Convém, no entanto, realçar que só um plano/estratégia de marketing determinado pelos objetivos de mercado permitirá materializar todos estes elementos promocionais e dinamizadores do itinerário.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que as Rotas são uma das práticas turísticas mais importantes na vertente Turismo Cultural, achámos por bem colocar este instrumento ao serviço do aumento e diversificação da oferta turística de Fafe. Para tal, concebemos um produto turístico denominado *Pelas casas dos “Brasileiros”, um roteiro com história*. A par do aumento e diversificação da oferta turística, este produto procurará também divulgar, proteger e valorizar o magnífico património arquitetónico deixado pelos valorosos “Brasileiros” de Torna-viagem, legado que assevera a história e a evolução da cidade de Fafe. Paralelamente poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais e dos turistas/visitantes, pois a capacidade atrativa da nossa Rota poderá potenciar a recuperação de algumas casas, a melhoria de algumas acessibilidades e a oferta de serviços de melhor qualidade (transportes, alojamento, restauração, produtos regionais, artesanato).

Contudo, para que estes objetivos e desígnios sejam alcançados é imprescindível um claro envolvimento de agentes, promotores e operadores turísticos, ou seja, é necessário transformar o itinerário num verdadeiro produto turístico, para isso é essencial um correto posicionamento no mercado, uma estratégia adequada, uma imagem de marca etc.. Para a sua comercialização é fundamental uma análise de viabilidade económica e a elaboração de um bom plano de marketing. Embora este plano não tenha feito parte deste nosso estudo, é indispensável a sua realização aquando da implementação no terreno da nossa Rota.

Esperamos, assim, que a criação deste produto turístico, além da promoção e salvaguarda destas marcas arquitetónicas dos “Brasileiros” de Fafe, possa ter, em termos económicos, um impacto muito positivo, criando novos nichos de mercado e mais postos de trabalho.

Dotar a cidade de Fafe de um novo produto turístico-cultural, enriquecendo a sua oferta turística, capaz de promover a interdisciplinaridade e envolver entidades públicas e privadas, projetando Fafe no panorama turístico nacional e internacional, foi o grande objetivo que norteou a conceção deste nosso projeto.

BIBLIOGRAFIA

Obras e artigos

AGUIAR, Lídia; FERREIRA, Luís; PINTO, Jorge Ricardo. “Circuito Turístico-Cultural – Porto Almadino: Contributos para a criação de um Negócio em Turismo”. *Revista do Instituto Superior de Ciências Sociais do Turismo*. Porto: Instituto Superior de Ciências Sociais do Turismo, 2009.

AGUIAR, José. *Cor e cidade histórica*. Porto: FAUP Publicações, 2002.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. *História da Arte em Portugal – O Românico*. Lisboa, Editorial Presença, 2001.

BAPTISTA, M. *O Turismo na Economia – uma abordagem técnica, económica, social e cultural*. Lisboa Edições INFT, 1990.

BASTOS, Daniel; FERNANDES, José Pedro. *Fafe – História, Memória e Património*. Amarante: Converso, 2013.

BESSA, Paula. *Nota Histórica para o Plano Diretor Municipal do Concelho de Fafe*. Direcção Geral do Planeamento Urbanístico, Direcção dos Serviços Regionais de Planeamento Urbanístico do Norte, 1985.

BRAGA, Jorge Salazar. *A Casa do “Brasileiro” e a paisagem rural do século XIX*. Separata das Comemorações do Dia da Comunidade Luso-Brasileira. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Secretaria de Estado das Comunidades. Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1986.

COIMBRA, Artur. *Fafe: a terra e a memória*. Fafe: Câmara Municipal, 1997.

COIMBRA, Artur. *Fafe 30 anos de poder local (1976-2006) – Alguns Aspectos*. Câmara Municipal de Fafe, 2007.

COIMBRA, Artur. *Fafe, Meu Amor: Textos e imagens sobre o concelho*. 1ª ed. Fafe: Junta de Freguesia, 2013.

- CHOAY, Françoise. *L' allegorie du Patrimoine*. Paris, Seuil, 1992.
- COSTA, António Carvalho da. *Corografia Portuguesa*. Volume 1, 2ª ed (1ª edição,1706). Braga. Typ. D. G. Gouvea, 1868.
- COSTA, Francisco da Silva. *Águas públicas e a sua utilização no concelho de Fafe: Um contributo do ponto de vista histórico-geográfico*. Fafe: Câmara Municipal, 2010.
- DAVEAU, Suzanne. *Mapas Climáticos de Portugal – Nevoeiro, Nebulosidade e Contrastes Térmicos*. Memórias nº7, C.E.G. Lisboa,1985.
- DINIS, Júlio. *A Morgadinha dos Canaviais*. Porto Liv. Civilização Editora, 1964.
- FERNANDES, Maria Sílvia. *Fafe «Medieval» - Rota de Turismo Cultural*. Trabalho de Projecto. Universidade do Minho, 2012.
- FIGUEIRA, Luís Mota. *Manual para a Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*. Instituto Politécnico de Tomar, 2013 [consultado em maio de 2014]. Disponível na World Wide Web: <http://cespoga.ipt.pt/new/wp-content/uploads/> .
- LEAL, Augusto Soares Barbosa de Pinho. *Portugal Antigo e Moderno*. Volume III. Lisboa. Livraria Editora, 1964.
- LOPES, Flávio (coord.). *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado – Inventário volume I*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico – IPPAR, 1993.
- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito. *Património Arquitectónico e Arqueológico, Cartas e Recomendações e Convenções Internacionais*. Livros Horizonte, 2004.
- MAGALHÃES, Teresa Gonçalves. *O uso da biomassa na gestão do risco de incêndio florestal no concelho de Fafe*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, 2006.

MONTEIRO, Miguel. Marcas Arquitectónicas do Brasileiro na Paisagem do Minho. *In Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

MONTEIRO, Miguel. *Migrantes, emigrantes e “brasileiros” de Fafe, 1834-1926: Territórios, itinerários e Trajectórias*. Fafe: Edição de Autor, 2000.

MONTEIRO, Miguel. *Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930). Perspectiva Histórica e Patrimonial*. Fafe, Empresa do Diário de Minho, Lda., 2004.

MOREIRA, Carla. O entendimento do Património no contexto local. *Oppidum*, 2006, nº 1.

PEIXOTO, Paula Torres. *Palacetes de Brasileiros no Porto (1850-1930): Do estereótipo à realidade*. Porto: Afrontamento, 2013.

PEIXOTO, Paulo. O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 2000, nº 155.

PERÉZ, Xerardo. Itinerários Turístico-Culturais: Análise de uma experiência na cidade de Chaves. *In Actas do III Congresso de Trás-os-Montes*. Bragança, 2002.

PERÉZ, Xerardo. *Turismo Cultural – Uma visão antropológica*. Colección Pasos Edita, nº2, El Sauzal (Tenerife) España, 2009.

PINHEIRO, Ana. Itinerários Culturais: Viajando pela História. *Máthesis XVI*, 2007.

PONTES, Célia. *Casas Brasonadas de Guimarães: Um itinerário Turístico-Cultural*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Minho, Braga, 2013.

RAMALHETE, Ana. *Centros Históricos e Ordenamento do Território em Áreas Metropolitanas*. Tese de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2006.

RAMOS, Célia; RODRIGUES, Paulo; PERNA, Fernando. Sistemas e Tecnologias de Informação no Sector Turístico. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº12, 2009.

RIBEIRO, Helena. Fachada das casas dos “Brasileiros” de Fafe – Uma abordagem patrimonial. *Dom Fafes: Revista Cultural*, Ano XIII, nº 13/14, Câmara Municipal de Fafe, 2007.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos. *Portugal – Migrações e Migrantes (1850-1930)*. Lisboa: Edições Inapa, 2000.

TINOCO, Alfredo. Turismo e desenvolvimento local – Função social do Património. In CARVALHO, C. Neto; RODRIGUES, J.; JACINTO, A. (Ed.). *Geoturismo & Desenvolvimento local*. MINOM – Movimento Internacional para uma Museologia, Centro Cultural Raiano, Câmara Municipal da Idanha-a-Nova, 2009.

TOJAL, Manuel Diamantino. A importância dos folhetos e brochuras na constituição da imagem de um destino turístico. Estudo comparativo de três casos: Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Esposende. *Pasos. Revista de Turismo Y Patrimonio Cultural*, vol. 12, nº2, 2004.

VIEIRA, José Augusto. *O Minho Pitoresco*. Lisboa. Tomo I. Liv. A. M. Pereira, 1886.

VERDIAL, Patrícia. *A sinalética como ferramenta de leitura/apreensão do território, aplicada ao concelho de Felgueiras*. Felgueiras: Instituto Superior de Ciências Educativas. Trabalho de Curso de Pós-graduação em Turismo, ordenamento e gestão do território, 2006.

Endereços eletrónicos

<http://cespoga.ipt.pt> (consultado em maio de 2014).

<http://censos.ine.pt> (consultado em maio de 2014).

<http://cm-fafe.pt> (consultado entre janeiro e outubro de 2014).

<http://icomos.fa.utl.pt> (consultado em abril de 2014).

<http://www.monumentos.pt> (consultado entre maio e outubro de 2014).

<http://www.naturfafe.pt> (consultado em setembro de 2014).

<http://patrimoniocultural.pt> (consultado entre março e abril de 2014).

<http://portal.unesco.org> (consultado em março de 2014).

<http://pt.scribd.com> (consultado em maio de 2014).

<http://www.vinhoverde.pt> (consultado em junho de 2014).

Cartas Internacionais sobre o Património

1931 – Carta de Atenas para o Restauro de Monumentos Históricos.

1954 – Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado.

1964 – Carta de Veneza – II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos - ICOMOS.

1972 – Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural – UNESCO.

1975 – Carta Europeia do Património Arquitetónico.

1987 – Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas.

1999 – Carta Internacional do Turismo Cultural – ICOMOS.

2005 – Convenção de Faro.

Legislação

Decreto, Diário do Governo nº 206, de 15/11/1875.

Decreto, Diário do Governo nº 294, de 30/12/1899.

Decreto nº 20 985, Diário do Governo, de 7/3/1932.

Decreto nº 5/2002, Diário da República, Série B nº 42, de 19/2/2002.

Decreto-Lei nº 46/89, Diário da República, de 15/2/89.

Decreto-Lei nº 138/2009, Diário da República, de 15/6/2009.

Lei nº 1 700, Diário do Governo, I Série, de 18/12/24.

Lei nº 2032, Diário do Governo, de 11/6/1949

Lei nº13/85, Diário da República, de 6/6/85.

Lei nº 107/2001, Diário da República, de 8/12/2001.

Resolução do Conselho de Ministros, nº 162, 2008, de 24/10/2008.

VII - Anexos

FICHAS DE INVENTARIO

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de José Joaquim Carvalho

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Rua de Serpa Pinto, nº 30.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'03.6N / 8°10'29.5''O

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX (finais).
- **Proprietário inicial:** José Joaquim Carvalho.
- **Proprietário atual:** Pública (municipal).

Descrição do Edifício: Casa urbana de planta retangular simples, de desenvolvimento horizontal, com dois pisos. Fachada principal generosamente rasgada por vãos, revestida a azulejo industrial com cores da bandeira do Brasil. Ladeada por portões de acesso ao antigo jardim que a circundava. Interior disposto em função de um corredor longitudinal, estrutura que se repete nos dois pisos, que parte de um pequeno átrio de receção, no primeiro piso. Escadaria principal de madeira, com balaustrada, iluminada por janela. Piso térreo integrando salões, quartos e cozinha.

Proteção: Inexistente.

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Devoluto.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: Casa com esquema funcional e decorativo simples, marcada por alguma austeridade, quebrada unicamente pelo tratamento mais cuidado do exterior da fachada principal.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura de alvenaria, embasamento, cunhais, cornijas de remate, molduras dos vãos e sacadas em granito; portas, janelas, pavimentos e escadaria, em madeira; pavimentos em ladrilho; fachada principal revestida a azulejo industrial; tetos em estuque; guardas das sacadas e portões em ferro; cobertura em telha de aba e canudo.

Cronologia: Século XIX (finais) – A casa é mandada construir por José Joaquim Carvalho, rico comerciante do Brasil; posteriormente é vendida à Câmara Municipal. No século XX, década de 70, a casa é ocupada e adotada a escola preparatória e secundária. Nos anos 90 é ocupada em parte (piso inferior) pela EB 2/3 de Montelongo. Em 2002 é inaugurada a Academia de Música José Atalaya.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 178-179
- RIBEIRO, 2007: 30-35

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:

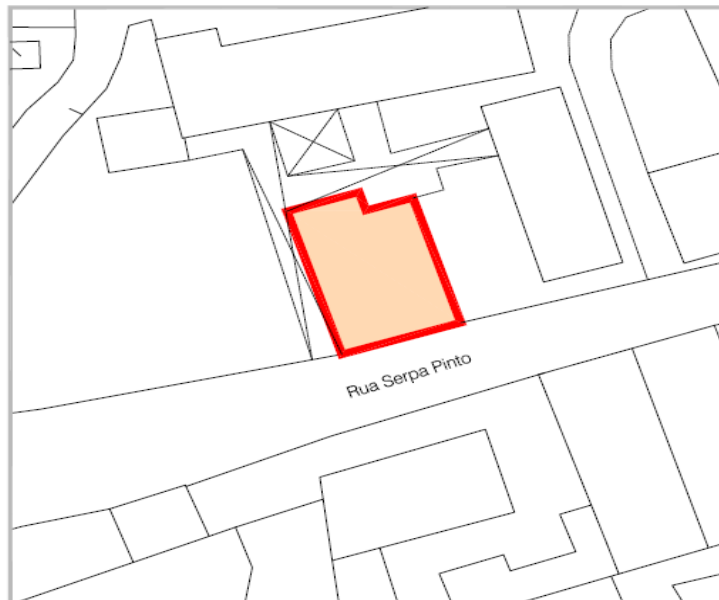


Fig. 1 – Implantação parcial da Casa de José Joaquim Carvalho (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 2 – Casa de José Joaquim Carvalho (Foto do autor)



Fig. 3 – Piso 2, teto de estuque no corredor (SIPA)

Observações: Existia no jardim da casa um chafariz que se encontra hoje no jardim do Calvário.

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de João Alves de Freitas / Palácio do Grémio

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Rua Major Miguel Ferreira.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'03.0"N / 8°10'23.2"

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XX (início).
- **Proprietário inicial:** João Alves de Freitas.
- **Proprietário atual:** Privado: Municipal.

Descrição do Edifício: Belo modelo da Arquitetura neoclássica, eclética e revivalista. Palacete de planta ligeiramente retangular, incorporando um torreão no ângulo da fachada principal. Apresenta três e quatro pisos, com águas furtadas e coberturas bastante inclinadas do tipo “*chalet*”. Acesso principal ao nível do segundo piso por portal precedido por escadaria que comunica com varanda que percorre toda a fachada. Decoração exterior com influência neoclássica, designadamente nos frontões e balaustradas, mas com predominância da arquitetura do começo do Século XX, com vãos emoldurados apenas superiormente, frisos com azulejos. Interior organizado em torno da escadaria central, comum aos pisos intermédios, iluminada por claraboia, e para qual abrem vãos fortemente decorados.

Proteção: Reposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: (Futuro) Arquivo Municipal de Fafe.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: Distingue-se pela organização/ordenação de vários volumes articulados com coberturas distintas a que corresponde um dinâmico mas consistente desenho das fachadas onde, em panos reentrantes e salientes, se conjugam vãos de diferente moldura e recorte em granito, balaustradas e frontões.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura de alvenaria, embasamento, frisos, molduras dos vãos, cornijas, platibanda, frontões, em granito; portas, janelas, escadaria interior e pavimentos em madeira; tetos em estuque trabalhado e pintado; portão, gradeamento exterior, guardas da varanda da fachada posterior, em ferro forjado.

Cronologia: Século XX (início) – Construção do palacete, a mando de João Alves de Freitas; 1991 – instala-se o Grémio da Lavoura; 1994 – é proposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro; 2003 – a casa é adquirida pela Caixa de Crédito Agrícola; 2007 – a Câmara Municipal de Fafe adquire o imóvel por 575 000 Euros; 2013 – conclusão das obras de recuperação e readaptação funcional para albergar o novo Arquivo Municipal de Fafe.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 176-177

- RIBEIRO, 2007: 23,27,30

- *Diário do Minho*, Braga, 29 de maio de 2006

- *Diário do Minho*, Braga, 18 de fevereiro de 2007

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:

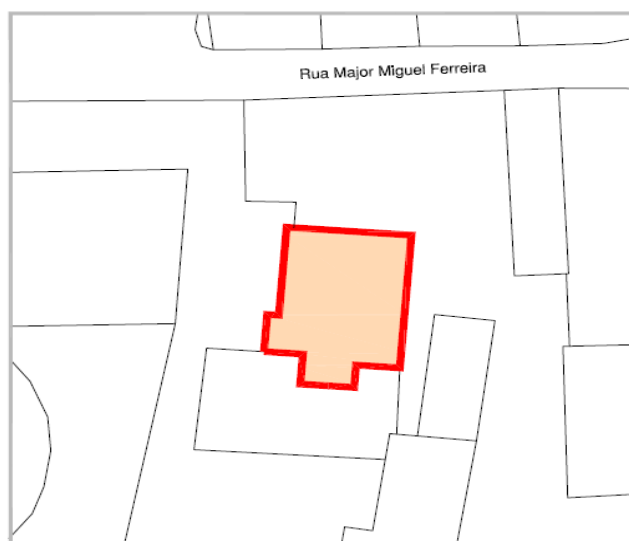


Fig. 2 - Implantação parcial da Casa de João Alves de Freitas / Palácio do Grémio (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 5 - Casa de João Alves de Freitas / Palácio do Grémio (Foto do Autor)

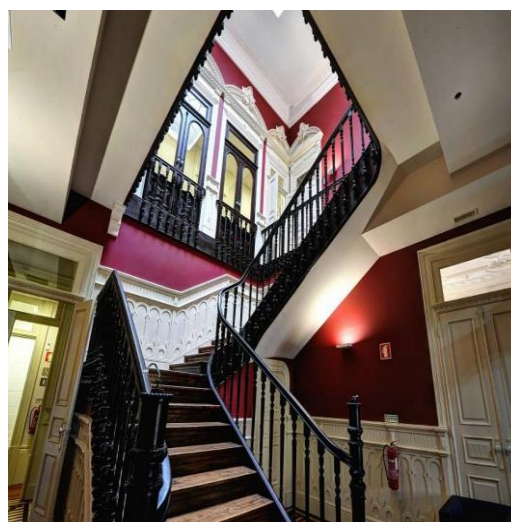


Fig. 6 - Interior / escadaria central (Foto do Autor)

Observações: Um dos espaços de arrumação no sótão alberga portas e portadas em madeira retiradas de várias dependências da casa.

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa do Santo Novo / Casa da Cultura

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Rua Major Miguel Ferreira.
- **Coordenadas:** 41°27'02.4"N / 8°10'21.4'O

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX.
- **Proprietário inicial:** José Pinto Saldanha de Miranda.
- **Proprietário atual:** Estatal: Municipal.

Descrição do Edifício: Bonito exemplar da Arquitetura neoclássica. Palácio urbano de planta retangular, com três alas, apresenta volumetria de dominante horizontal, quebrada pelo verticalismo da ala central que é rematada tanto na fachada principal como na posterior por frontão triangular. A fachada principal é revestida a azulejo de padrão floral, imitando o padrão pombalino. O Interior está organizado em torno da monumental escadaria central, iluminada por claraboia com janelas interiores e decoração de estuque.

Proteção: Reposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização Atual: Casa Municipal da Cultura / Museu das Migrações e das Comunidades / Museu da Imprensa de Fafe.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: No conjunto das Casas dos “Brasileiros” de Fafe é a única com características palacianas. Apresenta elevado valor patrimonial, com tetos de estuque ricamente decorados, de salientar a alta e magnífica claraboia.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura, embasamento, molduras dos vãos, escadarias exteriores, elementos decorativos, pavimento do vestíbulo de receção e escadaria principal, em granito; fachada principal revestida a azulejo industrial; portas, janelas e pavimentos em madeira; tetos em estuque decorado; guardas das sacadas em ferro forjado; cobertura em telha de aba e canudo.

Cronologia: 1869 – Construção da Casa do Santo Novo; 1895 – transformações e beneficiações; século XX – após ser vendida à Câmara Municipal de Fafe, funcionou no edifício a Escola Industrial e Colégio Municipal, depois Escola Secundária e recentemente a Casa da Cultura e dois espaços museológicos (Museu das Migrações e das Comunidades/Museu da Imprensa de Fafe); 1994 – proposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Fontes:

- MONTEIRO, 2004: 225-226
- RIBEIRO, 2007: 20,21,22
- *Diário do Minho*, Braga, 29 de maio de 2006

World Wide Web:

- www.monumentos.pt
- www.museu-emigrantes.org

Base Cartográfica:



Fig. 7 - Implantação parcial da Casa do Santo Novo / Casa da Cultura (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 9 - Casa do Santo Novo/Casa da Cultura (Foto do Autor) Fig. 10 - Interior/escadaria monumental (Foto do Autor)



Fig. 10 - Claraboia com janelas interiores e decoração de estuque (Foto do Autor)

Observações: Este Palácio possuía capela e um pequeno teatrinho com placo.

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de José António Martins Guimarães

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Rua Monsenhor Vieira de Castro.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'02.7" / 8°10'16.1"O

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX.
- **Proprietário inicial:** José António Martins Guimarães.
- **Proprietário atual:** Privado.

Descrição do Edifício: Casa urbana dividida em três corpos de desenvolvimento horizontal, com dois pisos. Cobertura em telhado de três águas, com duas trapeiras viradas à fachada principal e uma claraboia, virada à fachada posterior. Fachada principal, com decoração neoclássica, ritmada por pilastras jónicas, rasgada regularmente por vãos, com remate da janela central em frontão triangular. Fachada posterior simples, desprovida de decoração. Interior com vestíbulo de receção com acesso a dependências usadas como espaços comerciais.

Proteção: Reposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Habitação.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: O desenho da fachada principal distingue-se da maioria das casas dos “Brasileiros” de Fafe construídas no final do século XIX.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura de alvenaria, embasamento, molduras dos vãos, pilastras, e cornija de remate, em granito; portas, janelas, escadaria interior, e pavimentos, em madeira; tetos em estuque decorado; pavimentos em ladrilho; guarda das sacadas em ferro forjado; cobertura em telha de aba e canudo; beiral da fachada principal em telha de canudo vidrada e pintada.

Cronologia: 1858 – A casa é mandada construir por José António Martins Guimarães; 1941 – um violento ciclone causa estragos na fachada posterior, levando à remoção da sacada; 1994 – proposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 180-182

- RIBEIRO, 2007:18-22

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:

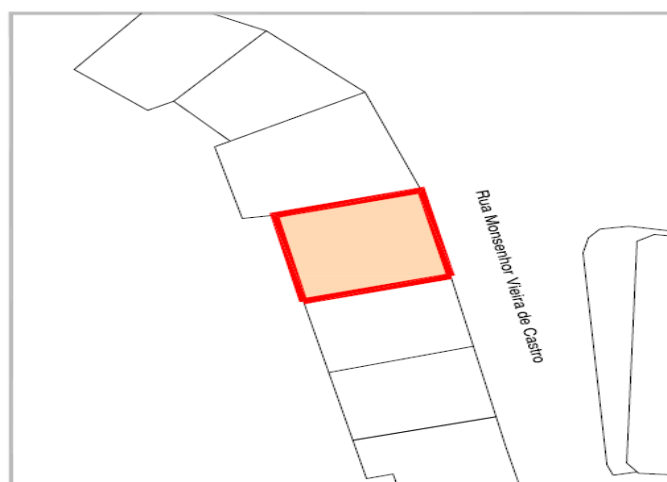


Fig. 11 – Implantação parcial da Casa de José António Martins Guimarães (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 12 - Casa de José A. Martins Guimarães (Foto do Autor)



Fig. 13 - Piso 2, teto de estuque no corredor (SIPA)

Observações: As fachadas laterais não tinham inicialmente adossamentos de outras casas.

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de José Alves de Freitas

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Rua Monsenhor Vieira de Castro, nº 40.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'02.2"N / 8°10'16.0"O

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX.
- **Proprietário inicial:** José Alves de Freitas.
- **Proprietário atual:** Privado.

Descrição do Edifício: Casa urbana de planta quadrangular, com três pisos. Fachada principal virada à rua, amplamente rasgada por vãos em arco pleno, com três panos demarcados por pilastras, portal ladeado por janelões gradeados correspondentes ao vestíbulo, portas nos extremos e remate em platibanda com balaustrada, urnas, vasos e estatuária de barro. Fachada traseira desprovida de decoração. Interior com vestíbulo de distribuição para a escadaria central com claraboia com vidros pintados, enquadrada por tetos com decoração de estuque.

Proteção: Reposto com Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Habitação.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: Planta de particularidades arcaizantes, verificando-se a inexistência de corredor de distribuição em torno da escada central e a comunicação direta de uma dependência para outras sem a mediação de corredores. O teto em estuque da escadaria apresenta decoração bastante rica.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura de alvenaria, embasamento, pilastras, molduras dos vãos, cornija e platibanda de remate da fachada principal e urnas, em granito; estátuas da fachada principal em barro; portas, janelas da fachada principal, pavimentos, escadaria, em madeira; claraboia em vidro policromo; tetos em estuque decorado e pintado; guardas das sacadas em ferro forjado; cobertura em telha marselha.

Cronologia: 1885 – Data alusiva na fachada principal, referente à construção da casa, a mando de José Alves de Freitas; 1886 – data existente no teto do vestibulo principal, relativa à construção do mesmo; 1900 – aquisição na Exposição Internacional de Paris da mobília da sala de jantar, bem como a do quarto do ângulo NE do 2º piso; 1994 – Proposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 172-175
- RIBEIRO, 2007: 31-35

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:



Fig. 14 - Implantação parcial da Casa de José Alves de Freitas (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 14 - Casa de José Alves de Freitas (Foto do Autor)



Fig. 15 - Interior, piso 2, teto de estuque no salão (SIPA)

Observações: José Alves de Freitas, importante capitalista, proprietário do vapor também com o seu nome, foi igualmente vereador da Câmara, mesário e provedor do Hospital de Fafe.

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de António Joaquim da Silva

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua/Praça:** Praça 25 de abril.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'03.4"N / 8°10'13.9"O

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX (finais).
- **Proprietário inicial:** António Joaquim da Silva.
- **Proprietário atual:** Privado.

Descrição do Edifício: Casa urbana de planta ligeiramente trapezoidal, de desenvolvimento horizontal, com a fachada principal e laterais viradas à rua, a primeira e uma das laterais revestidas a azulejos industriais de padrão floral e azul. Acima da cobertura eleva-se a claraboia circular com coruchéu de vidro. Fachada principal com pano central demarcado, com vãos em arco pleno, no primeiro registo com portal ladeado por janelões gradeados e no segundo com sacada corrida. O interior com monumental escadaria de madeira iluminada pela claraboia com estuque trabalhado. Tetos em estuque bastante decorados em alto-relevo.

Proteção: Reposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Habitação/estabelecimentos comerciais e bancário.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: O piso nobre integra ao mesmo tempo salões, quartos dos senhores e criados. Apresenta tetos em estuque ricamente decorados com motivos em alto-relevo, integrando pintura.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura, embasamento, pilastras, molduras dos vãos e sacadas, em granito; corpo recente em betão, portas, janelas, pavimento, teto do vestíbulo e escadaria, em madeira; fachada principal e lateral revestida a azulejos; pavimento do vestíbulo em tijoleira; claraboia com coruchéu de vidro; tetos em estuque decorado e pintado; cobertura em telha.

Cronologia: Século XIX (finais) – Construção da casa por António Joaquim da Silva; 1994 – proposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 218-219

- RIBEIRO, 2007: 36,39-42

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:

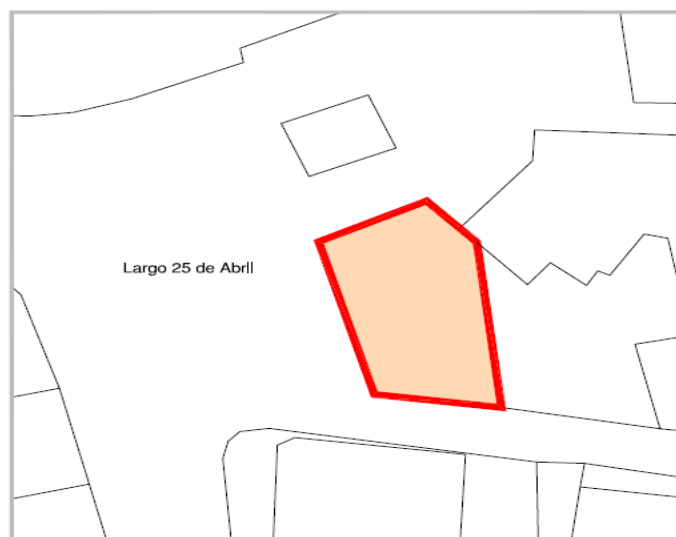


Fig. 17 – Implantação parcial da Casa de António Joaquim da Silva (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 18 – Casa de António J. da Silva (Foto do Autor)



Fig. 19 – Interior, piso 2, teto de estuque de quarto (SIPA)

Observações: Os proprietários iniciais da casa, António Joaquim da Silva e João Carlos Silva, pai e filho respetivamente, tinham apelido de “Sal” devido ao armazém e negócio de sal que possuíam no local onde foi edificada a casa. O João do “sal” foi o primeiro proprietário do primeiro automóvel.

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de Álvaro Monteiro Vieira de Castro

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Monsenhor Vieira de Castro.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'02.5N / 8°10'14.1º

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX (finais).
- **Proprietário inicial:** Álvaro Monteiro Vieira de Castro.
- **Proprietário atual:** Privado.

Descrição do Edifício: Casa de planta retangular, com desenvolvimento horizontal, de dois pisos, com mansarda revestida a chapa de zinco e grande chaminé de panos inclinados com revestimento a lousa; claraboia com coruchéu de vidro e cata-vento. Fachadas viradas à rua rasgadas regularmente por vãos correspondendo ao primeiro registo, a portas e montras de lojas e no segundo a janelas de sacada. Fachada posterior recorrida por grande sacada com balaustrada. Janelas decoradas ao nível dos caixilhos, com remates em espaldar recortado.

Proteção: _____

Utilização Inicial: Habitação/lojas.

Utilização Atual: Devoluta/estabelecimento bancário.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: O edifício, com desenvolvimento horizontal muito acentuado, nunca chegou a ser concluído, tendo no plano inicial o dobro do tamanho, o que acentuaria mais a sua horizontalidade. Não tendo sido terminado, o portal, bem como a claraboia, ficaram numa posição no extremo do edifício, denunciando o seu carácter inacabado.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura de alvenaria, embasamento, cunhais, pilastras, sacadas, molduras dos vãos e balaustrada da sacada da fachada posterior; caixilhos da porta principal e das janelas de sacada em madeira; caixilhos dos vãos do primeiro registo, em granito; portão e guardas das sacadas em ferro forjado; chaminé revestida a lousa; cobertura em telha marselha.

Cronologia: 1848 – Construção da casa por Álvaro Monteiro Vieira de Castro; 1915, 4 de março – suicídio de Álvaro Monteiro Vieira de Castro, devido a situação de falência, impedindo-o também de concluir todo o plano que havia concebido para a construção da casa. 1994 – Despacho de deferimento condicionado de projeto de remodelação e ampliação para a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Fafe.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 183-185
- RIBEIRO, 2007: 19-22

World Wide Web:

- www.monumentos.pt
- www.museu-emigrantes.org

Base Cartográfica:



Fig. 20 - Implantação parcial da Casa de Álvaro Monteiro Vieira de Castro (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 21 - Casa de Álvaro Monteiro Vieira de Castro (Foto do Autor)

Observações: _____

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de José Luís Mendes de Oliveira e Castro

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Rua Monsenhor Vieira de Castro, nº 58.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'00.4"N / 8°10'15.6"O

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX.
- **Proprietário inicial:** José Luís Mendes de Oliveira e Castro.
- **Proprietário atual:** Privado.

Descrição do Edifício: Casa urbana de planta retangular simples de desenvolvimento horizontal, com dois pisos. Fachada principal amplamente rasgada por vãos, revestida a azulejo industrial relevado com as cores da bandeira do Brasil. Interior com amplo vestíbulo com teto estucado, de comunicação com a escadaria e acesso ao piso nobre composto por salas, quartos e galeria fechada.

Proteção: Reposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Devoluto.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: Apresenta longas gárgulas de canhão em bronze, na fachada principal.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura em alvenaria, embasamento, molduras dos vãos, cunhais e platibanda de remate, em granito; fachada principal revestida a azulejo industrial; portas, janelas, pavimentos, em madeira; tetos em estuque; grades dos vãos e das sacadas em ferro forjado; letras da inscrição e gárgulas em bronze; cobertura em telha de aba e canudo.

Cronologia: 1882 – Data inscrita na platibanda da fachada alusiva à construção da casa por José Luís Mendes de Oliveira e Castro; 1994 – proposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 201-211

- RIBEIRO, 2007: 30-36

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:

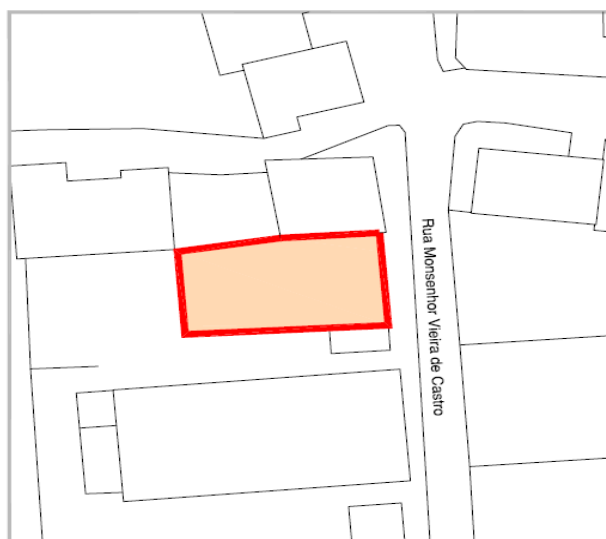


Fig. 22 – Implantação parcial da Casa de José Luís Mendes de Oliveira e Castro (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 23 - Casa de José L. M. Oliveira e Castro (Foto do Autor)



Fig. 24 - Interior, piso 1, átrio de entrada (SIPA)

Observações: _____

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de Manuel Rodrigues Alves

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Rua de José Cardoso Vieira de Castro.
- **Coordenadas GPS:** 41^o26'54.9"N / 8^o10'13.6"O

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XX (início).
- **Proprietário inicial:** Manuel Rodrigues Alves.
- **Proprietário atual:** Estatal.

Descrição do Edifício: Magnífico exemplar da arquitetura revivalista, eclética e arte nova. Palacete de planta em L, com volumetria dominada por torreão rematado por coruchéu, do tipo “*chalet*”, e restantes corpos com coberturas em terraços. Remates em cachorrada sobre o largo beiral, de feições neogóticas, com alguns cachorros zoomórficos. Fachada principal com acesso por porta protegida por alpendre com vãos em arco pleno, com chanfro nos pilares, ao gosto da arte nova. Na fachada lateral balcão também neogótico, fechado, suportado por cachorros e arcos decorados. Alpendre principal e remate das fachadas do torreão com azulejos arte nova com motivos fitomórficos e florais estilizados. Grades e portões que cercam a propriedade com motivos arte nova. A sua estrutura, integrando torreão e vários terraços de cobertura, resulta em espaços interiores de dimensões reduzidas, no contexto das outras casas “Brasileiras”. Dependências interiores sem comunicação entre si, servidas por vestíbulos e corredores. Decoração pintada exuberante, conjugando alguns elementos neobarrocos com arte nova, nas madeiras dos lambris, frisos florais pintadas nas paredes, integrando padrões decorativos assimétricos, bandeiras pintadas com paisagens e tetos em estuque pintados.

Proteção: _____

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Devoluta.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: No contexto das casas dos “Brasileiros” de Fafe é, e em razão também da data da sua construção, a única casa com predominância de elementos arte nova. Segundo a família o edifício terá sido construído a partir de uma planta importada de França (MONTEIRO, 2004: 228).

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura em alvenaria, embasamento e muros exteriores em granito; guardas dos terraços e sacadas e pavimento do último piso do torreão em cimento; portas, janelas, alpendres, escadarias interiores, pavimentos em madeira; alpendre, remate das fachadas do torreão, cozinha e casas de banho com azulejo industrial; tetos e paredes em estuque pintado; pavimentos em grés; grades e portões em ferro forjado; coberturas do torreão e alpendres em telha marselha.

Cronologia: 1912 – A casa é mandada construir por Manuel Rodrigues Alves; Século XX, década de 60 – a casa é herdada por José Summavielle; a Divisão de Estudos e Projetos da Câmara Municipal de Fafe elaborou um projeto de restauro orçado, ao tempo em 130 000 000 de escudos e, alternativamente, o que seria considerado um restauro parcial, orçado em 70 000 000 de escudos, neste último caso seriam mantidos apenas elementos de decoração; 1986 – a casa é adquirida pelo Ministério do Trabalho para albergar as instalações do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Centro de Emprego de Fafe.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 227-228

- RIBEIRO: 2007: 25-30

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:



Fig. 25 - Implantação parcial da Casa de Manuel Rodrigues Alves (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 26 - Casa de Manuel Rodrigues Alves (Foto do Autor)



Fig. 27 - Fachada Oeste (SIPA)

Observações: Do equipamento da casa de banho restou a banheira e um aparelho que deveria corresponder ao aquecimento. Possivelmente equipamento de sauna.

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de Constança Lobo

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Rua de João XXIII.
- **Coordenadas GPS:** 41°26'57.4"N / 8°10'12.9"O

Características do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX (finais).
- **Proprietário inicial:** Constança Lobo.
- **Proprietário atual:** Pública: estatal.

Descrição do Edifício: Casa urbana de planta composta por corpo primitivo residencial retangular ao qual foi adossado um corpo recente irregular, com desenvolvimento horizontal, originalmente envolvida por jardim com acesso por portões coroados por urnas neoclássicas a ladear à fachada principal. Corpo residencial com fachadas de dois registos, rebocadas e pintadas de branco, exceto na fachada principal revestida a azulejos industriais de padrão floral, monocromo a azul. Apresentam embasamento, friso a separar os registos e remates com cornija sob beiral, na fachada principal a cornija é encimada por platibanda vazada por balaustrada.

Proteção: Reposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Jardim de Infância.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: Invulgar desenho da fachada principal entre as casas dos “Brasileiros” de Fafe, com porta ao centro atravessando o friso horizontal que divide os dois registos, e alongando-se em altura para posicionar o arco do remate sobre a mesma linha que os das sacadas do piso superior que a flanqueiam, resultando em bandeira anormalmente alta.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura com corpo primitivo e muros, embasamento, cunhais, frisos, molduras dos vãos, e cornija de remate, em granito; corpo recente em tijolo e betão; fachada principal revestida a azulejos industriais; portões, guardas das sacadas e bandeira do portal, em ferro forjado; cobertura em telha.

Cronologia: Século XIX – A casa é mandada construir por um emigrante no Brasil casado com D. Constança Lobo; 1986 – contrato de gestão do edifício com a Santa Casa da Misericórdia de Fafe; 1994 – proposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 235
- RIBEIRO: 2007: 42-45

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:

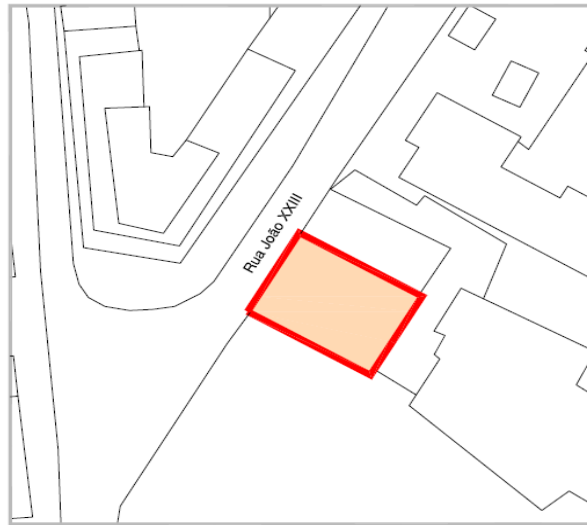


Fig. 28 – Implantação parcial da Casa de Constança Lobo (Cartografia Municipal)

Base Fotográfica:



Fig. 29 – Casa de Constança Lobo (Foto do Autor)

Observações: _____

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de Fortunato José de Oliveira

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Rua de António Saldanha.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'05.4"N / 8°10'10.6"O

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX.
- **Proprietário inicial:** Fortunato José de Oliveira.
- **Proprietário atua:** Privado.

Descrição do Edifício: Casa urbana de planta retangular, com três pisos, desenvolvida verticalmente. Fachada principal aberta à rua, rasgada por três vãos em cada registo, revestida a azulejo industrial, de padrão relevado, monocromo a amarelo, com embasamento, pilastras toscanas, friso a separar os registos, vãos emoldurados a granito e remate em cornija, encimada por platibanda central, com volutas nos extremos. Apresenta também cartela oval com data de construção.

Proteção: Reposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Habitação/estabelecimento comercial.

Afetação: Sem afetação.

Características Particulares: Apresenta comunicação com a casa que lhe está adossada, originalmente pertenceu ao mesmo proprietário.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura em alvenaria, embasamento, pilastras, molduras dos vãos, urnas e platibanda, em granito, fachada principal revestida a azulejo industrial; portas e janelas em madeira; guardas das sacadas em ferro forjado; cobertura em telha de aba e canudo.

Cronologia: 1862 - Construção da casa por Fortunato José de Oliveira; 1994 - proposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 206-208

- RIBEIRO, 2007: 30-35

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:



Fig. 30 - Implantação parcial da Casa de Fortunato José de Oliveira (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 31 – Casa de Fortunato José de Oliveira (Foto do Autor)

Observações: Século XX (década de 90) – Remodelação e aumento do último piso, modificando a fachada principal; os azulejos que revestiam o primeiro registo da fachada principal foram colocados no último registo; remodelação e transformação do interior, em especial o último piso.

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de Fortunato José de Oliveira

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Rua de António Saldanha.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'05.1''N / 8°10'11.0''O

Características do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX.
- **Proprietário inicial:** Fortunato José de Oliveira.
- **Proprietário atual:** Privado.

Descrição do Edifício: Casa urbana de planta retangular, com três pisos, desenvolvida verticalmente. Fachada principal aberta à rua amplamente rasgada por vãos, revestida a azulejo industrial de padrão monocromo a azul, com embasamento, cunhais apilastrados, frisos a separar os registos, vãos de verga reta. O eixo do segundo registo, apresenta um medalhão granítico de contorno ovalado com a data de “1860”. Viradas à fachada principal encontram-se duas grandes chaminés com denticulos no remate e bojo, com acantos e conchas na base.

Proteção: Reposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Habitação/estabelecimento comercial.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: Apresenta comunicação com a casa que lhe está adossada, originalmente pertenceu ao mesmo proprietário.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura de alvenaria, embasamentos, cunhais, frisos, molduras dos vãos e cornijas de remate, em granito; fachada principal revestida de azulejo industrial; portas e janelas em madeira; guardas das sacadas em ferro forjado; cobertura em telha de aba e canudo.

Cronologia: 1860 – Construção da casa por Fortunato José de Oliveira; 1862 – construção de uma segunda casa adossada a esta; 1906 – o rei D. Carlos é recebido nesta casa quando se dirigia para as termas das Pedras Salgadas; 1907 – o rei D. Carlos é novamente recebido nesta casa; 1994 – proposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 2006-2008
- RIBEIRO, 2007: 30-35
- *Justiça de Fafe*, Fafe, 2004
- *Diário do Minho*, Braga, 29 de maio de 2006

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:

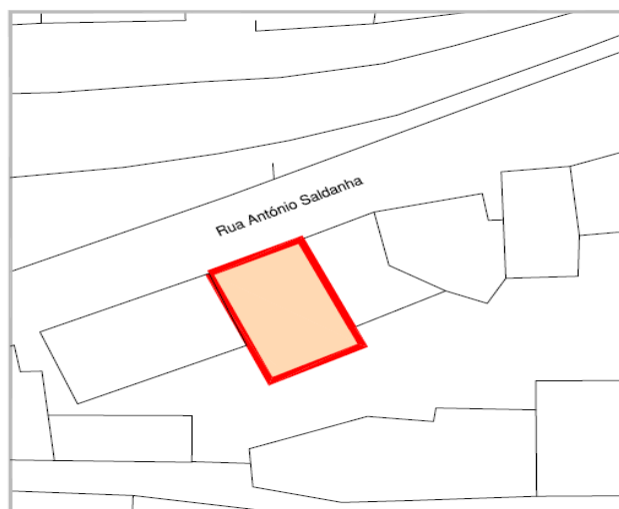


Fig. 33 – Implantação parcial da Casa de Fortunato José de Oliveira (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 34 – Casa de Fortunato José de Oliveira (Foto do Autor)

Observações: Do recheio da casa constavam lustres de cristal de Veneza e porcelanas chinesas e da Vista Alegre, alguma delas adquiridas especialmente para receber o rei D. Carlos.

Casas dos “brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de António Joaquim Novais Coutinho

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua/Praça:** Rua de António Saldanha e Praça 25 de abril.
- **Coordenadas:** 41°27'04.6''N / 8°10'12.6''O

Características do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX.
- **Proprietário inicial:** António Joaquim Novais Coutinho.
- **Proprietário atual:** Privado.

Descrição do Edifício: Casa urbana de planta trapezoidal, com corpo retangular adossado à fachada posterior, com três pisos e volumetria vertical. Coberturas diferenciadas em telhados de duas, três e quatro águas e parcialmente em terraço no corpo estreito. Fachadas viradas à rua revestidas de azulejos industriais de padrão fitomórfico, relevado, com padrão policromo a amarelo, creme, verde e azul, combinadas em xadrez de ritmo diagonal, possuindo um deles a data de “1882” e o monograma do construtor. Rasgada amplamente por vãos, nos registos, a maioria em sacada contínua a percorrer a fachada principal e laterais. Remate em platibanda decorada, com urnas nos extremos e elevada no eixo da fachada principal por meia rosácea. Interior organizado em torno da escadaria central, de madeira, iluminada por claraboia ornada com estuque decorado e coruchéu de vidro policromado. Piso térreo com vestibulo de distribuição de espaços comerciais, segundo piso com salas e último piso com quartos, destinado inicialmente a uma pensão.

Proteção: Reposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Utilização Inicial: Habitação/pensão.

Utilização Atual: Recreativa: clube/lojas.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: Apresenta algumas irregularidades na planta e fachada S. e N. denunciando sucessivas remodelações do projeto inicial com prolongamento da construção para E. . Originalmente o edifício conjugou duas funções distintas, uma residencial, para férias dos proprietários e outra comercial, com rentabilização dos espaços, através de uma pensão. Apresenta decoração muita rica ao nível da platibanda de remate, assim como nos estuques dos tetos, principalmente nos da claraboia, ornamentada com animais fantásticos, motivos geométricos, mascarões e ornatos vegetais.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura em embasamento, cunhais, molduras dos vãos, platibanda, elementos decorativos e sacadas, em granito; portas, janelas, pavimentos e escadaria, em madeira; coruchéu da claraboia em vidro policromo; fachada principal e laterais com azulejos industriais; tetos em estuque trabalhado, guardas das sacadas em ferro forjado; cobertura em telha de aba e canudo.

Cronologia: 1882 – Data inscrita num azulejo da fachada principal comemorando a construção da casa por António Joaquim Novais Coutinho; 1901 – aprovação dos estatutos do Club Fafense; 1903 – arrendamento de parte do edifício ao Club Fafense; Século XX, década de 90 – o último piso foi ocupado por uma Escola de Formação; 1994 – proposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 204-205

- RIBEIRO, 2007: 30-35

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:



Fig. 35 – Implantação parcial da Casa de António Joaquim Novais Coutinho (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 36 – Casa de António Joaquim N. Coutinho (Foto de Autor)



Fig. 37 – Piso 1, teto do átrio da entrada (SIPA)

Observações: _____

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de Joaquim Mendes da Costa Franco

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua/Praça:** Praça 25 de abril.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'06.7"N / 8°10'16.2"O

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XIX (finais).
- **Proprietário inicial:** Joaquim Mendes da Costa Franco.
- **Proprietário atual:** Privado.

Descrição do Edifício: Casa urbana de planta retangular, com dois e três pisos (aproveitando o pendor do terreno), e desenvolvimento horizontal. Fachadas sóbrias rasgadas regularmente por vãos ora em arco abatido ora de verga reta, enquadradas por cunhais em pedra fendida. Os remates são em beiral com telhas vidradas e pintadas a azul sobre fundo branco, com flores e folhas. Apresenta portão a ladear a fachada principal que daria acesso ao jardim que se desenvolvia junto à fachada posterior. Interior organizado em função de um corredor longitudinal, que parte do pequeno vestíbulo, estrutura que se repete nos vários pisos, iluminado por claraboia descentrada, aberta sobre o vão da escadaria principal, com teto de estuque ricamente decorado. Possui escada de serviço. Algumas das divisões possuem tetos de estuque trabalhado, com motivos fitomórficos.

Proteção: _____

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Escola Profissional/lojas.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: Caracteriza-se pela sobriedade ao nível da planta, do desenho e decoração de fachadas, concentrando o principal investimento decorativo sobre os estuques trabalhados dos tetos, principalmente a claraboia da escada principal. É uma das casas de maior dimensão no conjunto das habitações construídas com origem nos capitais da emigração brasileira de Fafe.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura em embasamento, cunhais, molduras dos vãos, frisos, cornija de remate e escadaria da fachada posterior, em granito; portas, pavimentos e escadarias interiores, em madeira; claraboia de vidro; tetos em estuque trabalhado; janelas em alumínio lacado; portão e guardas das sacadas em ferro forjado; beiral em telha de canudo vidrado; cobertura em telha marselha.

Cronologia: 1890 – Construção da casa por Joaquim Mendes da Costa; 2000 – começa a funcionar no edifício a Escola Profissional de Fafe.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 208-210

- RIBEIRO, 2004: 36-42

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:



Fig. 38 – Implantação parcial da Casa de Joaquim Mendes da Costa Franco

Documentação Fotográfica:



Fig. 39 – Casa de Joaquim M. da Costa Franco (Foto de Autor)



Fig. 40 – Piso 2, escadaria profissional (SIPA)

Observações: Originalmente, a casa possuía um extenso jardim que se estendia para N. e ocupava uma parte do Largo da Feira Velha. As paredes exteriores seriam originalmente pintadas de rosa velho ou vermelho escuro.

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa de Miquelina Alves de Sousa / Vivenda Elvira Selles

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Avenida 5 de outubro.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'12.1"N / 8°10'14.9"O

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XX.
- **Proprietário inicial:** Miquelina Alves de Sousa.
- **Proprietário atual:** Privado.

Descrição do Edifício: Casa urbana de planta em L, com um aumento na fachada posterior com um corpo de construção recente. Volumetria horizontal. Fachada principal revestida a azulejo industrial encimada por grande água furtada com par de janelas de sacada. As fachadas são rasgadas regularmente por vãos de verga reta, apresentando os do primeiro registo da fachada principal molduras destacadas superiormente, unidas entre elas. Esta é uma habitação de acentuada influência inglesa e de fachada simétrica.

Proteção: Reposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Habitação.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: No contexto das Casas dos “Brasileiros” de Fafe, e com data de construção relativamente recente, apresenta características que a distinguem, seja uma fachada principal mais esguia e o desenvolvimento das fachadas laterais, ganhando uma feição mais urbana, seja o remate da grande água furtada, cuja dimensão evoca uma fachada em empena.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura, cunhais, embasamento, molduras dos vãos, e cornijas de remate em granito; portas e janelas em madeira; fachada principal revestida a azulejo; corpo recente em tijolo e betão; grades dos muros e das sacadas, e portões, em ferro forjado; cobertura em telha marselha.

Cronologia: 1912 – Construção da casa propriedade de Miquelina Alves de Sousa; 1994 – proposto como Imóvel de Interesse Local pelo PDM de Fafe, DR 224/94, 1ª Série B, de 27 de setembro.

Fontes Bibliográficas/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 229-230

- RIBEIRO, 2007: 26-30

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:



Fig. 41 – Implantação parcial da Casa de Miquelina Alves de Sousa (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 42 - Casa de Miquelina Alves de Sousa (Foto do Autor)



Fig. 43 - Portão e Fachada Norte (SIPA)

Observações: _____

Casas dos “Brasileiros” do centro urbano de Fafe

Denominação: Casa do Comendador Albino de Oliveira Guimarães

Localização

- **Concelho:** Fafe.
- **Freguesia:** Fafe.
- **Rua:** Avenida 5 de outubro.
- **Coordenadas GPS:** 41°27'12.9"N / 8°10'13.7"O

Caracterização do Edifício

- **Época de construção:** Século XX.
- **Proprietário inicial:** Albino de Oliveira Guimarães.
- **Proprietário atual:** Estatal.

Descrição do Edifício: Casa urbana de planta retangular, de dois pisos e desenvolvimento vertical, fazendo alinhamento à rua. Fachada principal e laterais revestidas a azulejo industrial relevado verde. Fachadas de linhas austeras, rasgadas regularmente por vãos compostos por numerosas portas e janelas, no primeiro registo e janelas de sacada e peito, no segundo. Originalmente a fachada principal era ladeada por portões de acesso ao jardim, que envolvia a casa.

Proteção: _____

Utilização Inicial: Habitação.

Utilização Atual: Administrativa: Repartição de Finanças e Tesouraria da Fazenda Publica.

Afetação/Classificação: Sem afetação.

Características Particulares: Fachada principal marcada pelo jogo simétrico e alternado de vãos nos dois registos.

Elementos Técnicos e Materiais: Estrutura de alvenaria, embasamento, cunhais, e molduras dos vãos em granito; portas e janelas em alumínio lacado; guardas das sacadas em ferro forjado; fachada principal e laterais revestidas a azulejo; cobertura em telha de aba e canudo.

Cronologia: 1908 – A casa é mandada construir por Albino de Oliveira e Castro, nascido em Fafe, em 1834, foi emigrante no Rio de Janeiro, Brasil, onde substituiu o apelido Castro pelo de Guimarães, sendo a partir de então conhecido por Comendador; 1987 – registo da entrada nos serviços da Câmara Municipal do projeto de adaptação da Casa do Comendador a edifício destinado a comércio, escritórios e habitação segundo a respetiva memória descritiva (processo 2074/87, Departamento de Obras); 1989 – aquisição do edifício pelo Estado para a instalação dos Serviços do Ministério das Finanças, e obras de adaptação.

Fonte Bibliográfica/Impressas:

- MONTEIRO, 2004: 189-191
- RIBEIRO, 2007: 36,37,39-42

World Wide Web:

- www.monumentos.pt

Base Cartográfica:

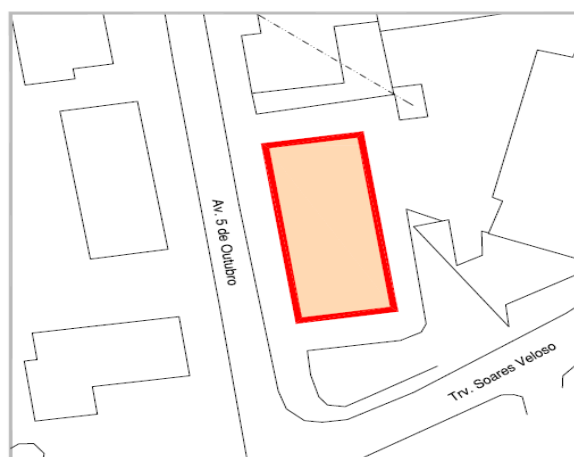


Fig. 44 – Implantação parcial da Casa do Comendador Albino de Oliveira Guimarães (Cartografia Municipal)

Documentação Fotográfica:



Fig. 45 – Casa do Comendador Albino de Oliveira Guimarães (Foto do Autor)

Observações: Albino de Oliveira Guimarães era um rico proprietário e capitalista, íntimo do imperador D. Pedro II.

